



A Participação das Mulheres nos Processos de (re)Construção de Paz. O caso do Afeganistão

Setembro de 2012

Ana Rita Rafael Perdigão

ORIENTADORA: PROF^ª DR^ª DANIELA RUTE DOS SANTOS NASCIMENTO



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Dissertação de Mestrado

A Participação das Mulheres nos Processos de (re)Construção de Paz. O caso do Afeganistão

Aluna: Ana Rita Rafael Perdigão

Orientadora: Prof^a Dr^a Daniela Rute dos Santos Nascimento

SETEMBRO 2012

Página intencionalmente deixada em branco.

Capa:

<http://www.newsecuritybeat.org/2011/03/building-a-gender-strategy-for-the-afghanistan-ministry-of-public-health/> [20 de setembro de 2012].

RESUMO

Nas últimas décadas, os estudos feministas no âmbito dos Estudos para a Paz têm trazido um importante contributo para a garantia da igualdade de género em várias áreas das Relações Internacionais, revelando ser uma corrente inovadora por completar e dinamizar a análise, estudo e compreensão da questão de género em especial relativamente à paz e aos conflitos. Este contributo tem vindo a ser acompanhado por inúmeras iniciativas e contributos a nível internacional, quer através de organizações internacionais, quer através de organizações não-governamentais, mediante a elaboração de importantes documentos e da adoção de políticas nesta área, promoção de fóruns de debate e sensibilização da sociedade global, como é exemplo a Resolução 1325 do CSNU. Todos estes processos se têm vindo a revelar de grande relevância para a consagração da necessidade do contributo das mulheres nos processos e dinâmicas de *peacebuilding*, assim como da igualdade de género neste âmbito.

Partindo deste enquadramento e do estudo de caso específico do Afeganistão - onde mulheres estrangeiras, afegãs, civis e militares participam cada vez mais ativamente na (re)construção da paz daquele país, esta dissertação pretende abordar a temática da participação das mulheres na (re)construção de paz em cenários pós-conflito violento. O argumento central é o de que, apesar dos muitos obstáculos ainda existentes à plena participação e envolvimento das mulheres neste processo, este é já

bem visível em alguns cenários de pós-conflito demonstrando o potencial contributo positivo para processos de paz mais sustentáveis e inclusivos.

Palavras-Chave: Género, Estudos Feministas, *Peacebuilding*, Afeganistão, Operações de paz.

ABSTRACT

In the last decades feminist studies in Peace Studies have provided an important and innovative contribution to guaranteeing gender equality in many areas of International Relations, because they complete and boost the analysis, study and comprehension of gender especially related to peace and conflict. Besides feminist study contributions at the international level there are other actions being implemented by International Organizations and Non-Governmental Organizations, through the adoption of important documents, policies the promotion of debates and global awareness, as illustrated by the 1325 resolution of the UN Security Council. All of these processes have showed the importance of gender equality and the need for women participation in peacebuilding processes.

Departing from this theoretical framework and from the specific case study of Afghanistan – where foreign and afghan women, both civilian and militar have been increasingly participating in the (re)construction efforts of the country- this dissertation aims at analysing the topic of participation of women in post- violent conflict (re)contruction processes. The main argument is that, despite the many obstacles still existing to a full participation and involvement of women in such processes, it is already taking place in some post-violent conflict scenarios thus showing its potentially positive contribution to more sustainable and inclusive peace processes.

Keywords: *Gender, Feminist Studies, Peacebuilding, Afghanistan, Peace Operations.*

AGRADECIMENTOS

No final de mais uma etapa académica, que culmina com o encerrar deste projeto, é imperativo manifestar o meu profundo agradecimento a todos os que direta ou indiretamente foram importantes no caminho percorrido nos últimos dois anos.

Assim, em primeiro um sincero agradecimento a todos professores do Mestrado em Relações Internacionais da FEUC por tudo quanto me ensinaram e por permitirem abrir mais uma janela sobre o mundo: a janela das Relações Internacionais. Obviamente, que este agradecimento se torna muito especial e impossível de expressar nestas poucas palavras em relação à pessoa que, pela sua incansável e prestimosa ajuda a todos os níveis e a todas as horas, foi determinante para a conclusão desta caminhada, a minha orientadora, obrigada Professora Doutora Daniela Nascimento!

Uma outra menção não poderia deixar de ser feita às duas pessoas que mais me influenciaram na decisão de prosseguir com esta investigação na fase mais embrionária do que hoje termina aqui e a quem manifesto profundo agradecimento: Major-General Ferreira Martins e Mestre Carla Marcelino Gomes.

Não posso esquecer, claro, os colegas de mestrado. A todos o meu muito obrigada pela partilha e troca de experiências, conhecimentos, angústias... Em especial ao Maurício Vieira Filho, ao Hélder Lourenço e ao João Sigalho pela quase terapia de grupo em que fomos efetuando este percurso.

A quem comigo trabalha no Gabinete de Justiça do Comando da Brigada de Intervenção (Capitão Pereira, Sargento-Chefe Monteiro, Dona Piedade), ao Tenente Simões, à Alferes Costa e aos restantes camaradas de trabalho, agradeço o apoio, a compreensão e a força. Um agradecimento especial ao Mestre e Capitão Pedro Cavaleiro: obrigada pelo teu apoio e por me fazeres acreditar que era possível!

Aos amigos, a todos os amigos! Em especial ao apoio incondicional da mia Cris, que sempre acreditou e da minha Hélia que ‘panicou’ comigo, riu comigo, estudou comigo, trabalhou comigo e terminou o seu projeto ao mesmo tempo que eu (parabéns Pocinho!!!!).

E finalmente (e os últimos são e serão sempre os primeiros), ao Pai Perdigão e à Mãe Albertina, por se terem visto privados muitas vezes da minha presença e por, mesmo assim, me apoiarem incondicional ao longo deste percurso, como sempre têm feito ao longo da vida. Prometo que agora já vou ter mais tempo para estar convosco!

Obrigada.

Coimbra, 27 de Setembro de 2012.

ÍNDICE

RESUMO.....	v
ABSTRACT	vii
AGRADECIMENTOS	ix
ÍNDICE	xi
LISTA DE FIGURAS/MAPAS	xiii
LISTA DE ACRÓNIMOS/ABREVIATURAS	xv
INTRODUÇÃO	1
IDENTIFICAÇÃO DO TEMA E RELEVÂNCIA DO MESMO	1
ESTADO DA ARTE E CONTRIBUTO	1
METODOLOGIA	3
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	3
PRINCIPAIS CONTRIBUTOS DA ANÁLISE	5
DELIMITAÇÃO DE CONCEITOS.....	5
CARACTERIZAÇÃO GEOPOLÍTICA E HISTÓRICA DO TERRITÓRIO AFEGÃO.....	8
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL.....	13
CONCEITO DE GÊNERO E O CONTRIBUTO FEMINISTA: EVOLUÇÃO NOS ESTUDOS PARA A PAZ.....	14
PEACEBUILDING E DIMENSÃO DE GÊNERO: CONCEITO E ESTRATÉGIAS	27
ENVOLVIMENTO DAS MULHERES NOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
CAPÍTULO II - A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES: O ENVOLVIMENTO EXTERNO NO AFEGANISTÃO.....	43
A RESOLUÇÃO 1325 E OUTRAS RESOLUÇÕES IMPORTANTES DA ONU	45
A ONU E AS SUAS AGÊNCIAS	52
AS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS E DE SEGURANÇA	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
CAPÍTULO III – O ENVOLVIMENTO DAS MULHERES AFEGÃS NO PROCESSO DE (RE) CONSTRUÇÃO DA PAZ.....	73
PARTICIPAÇÃO NA VIDA SOCIAL.....	74
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	91
DESAFIOS.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
CONCLUSÃO	103
BIBLIOGRAFIA	108

Página intencionalmente deixada em branco.

LISTA DE FIGURAS/MAPAS

Figura 1 – Mapa dos países que fazem fronteira com o Afeganistão (UN, 2012)	8
Figura 2 – Mapa da divisão das Províncias Afegãs (globalsecurity, 2012)	9
Figura 3 – Mapa referente às Etnias Afegãs e sua distribuição no território (USACAC, 2012)	10

Página intencionalmente deixada em branco.

LISTA DE ACRÓNIMOS/ABREVIATURAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
CIDA	Canadian International Development Agency
CSNU	Conselho de Segurança da ONU
DAW	Division for the Advancement of Women (United Nations)
DDR	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
DFID	Department for International Development
DPKO	Departamento de Operações de manutenção de paz
ECOSOC	Conselho Económico e Social das Nações Unidas
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
Fig	Figura
ICRC	International Committee of the Red Cross
ISAF	International Security Assistance Force (NATO)
NATO	North Atlantic Treaty Organization
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OI	Organizações Internacionais
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PFA	Platform for Action
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RCSNU	Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas
RI	Relações Internacionais
SWAPO	South West People's organisation
UNAMA	United Nations Assistance Mission in Afghanistan
UNFPA	United Nations Fund for Population Activities
UNIFEM	Fundo para o Desenvolvimento das Mulheres das Nações Unidas
UNTAG	United Nations Transition Assistance Group
USAID	Agência Americana para o Desenvolvimento

Página intencionalmente deixada em branco.

INTRODUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO TEMA E RELEVÂNCIA DO MESMO

Muito se tem escrito e muito se tem discutido sobre as questões que envolvem o *peacebuilding*. Mais do que as questões meramente académicas, o que aqui importa e releva é o ser humano na medida em que o ponto de referência dos processos de construção de paz é e tem de ser a pessoa. Todas as teorias e problemáticas que se possam colocar sobre os processos de construção de paz, só farão sentido se tiverem como centro fulcral da discussão o indivíduo, a sua segurança, o seu bem-estar e a sua dignidade humana.

É nesse sentido que se pretende aqui tomar parte no debate em torno do contributo das mulheres nos processos de (re)construção de paz em situações de pós-conflito, procurando analisar de que forma o envolvimento das mulheres pode contribuir para o sucesso das missões de paz, ou de que forma as questões de género são vistas e tratadas no âmbito dos processos de construção da paz.

ESTADO DA ARTE E CONTRIBUTO

Os estudos feministas na evolução dos Estudos para a Paz constituem um importante contributo no entendimento do que consiste a dimensão de género no âmbito do *peacebuilding*. Através de autores como Messari e Nogueira (2005), Ticner (1997),

Rasoul (2012), Jack (2000) e Confortini (2006) podemos afirmar que a dimensão de género, analisada sobre a lente dos estudos feministas, refere-se a toda a sociedade – homens e mulheres - e que estando garantida a igualdade de género, estará, à partida, salvaguardada uma maior proteção e promoção dos direitos humanos, o que facilita o sucesso dos processos de (re) construção de paz. A este respeito sabemos que muitas iniciativas têm vindo a ser desenvolvidas, com vista a promover o debate e a sensibilização sobre a questão, assim como ao alcance da igualdade de género nas questões dos processo de (re)construção de paz (Jack 2000), (Brock-Utne 2000), (Woroniuk, s.d.) e (Pankhurst, 2007).

Assim, no âmbito do *peacebuilding*, é necessário que o resultado espelhe uma adequação à ajuda que se pretende efetivar em determinado país. Resultado esse que só se conseguirá obter através da participação plena de toda a sociedade (Doyle 2006), (Ramsbotham 2011) e (Stern e Nystrand, 2006) e, naturalmente, com um envolvimento ativo de mulheres e homens.

Nesse sentido, ao debruçarmo-nos sobre este tema pretende-se demonstrar e argumentar que as mulheres, quer civis quer militares, quer afegãs quer estrangeiras, têm vindo a ser envolvidas nos processos de (re)construção da paz daquele território e neles têm vindo a participar ativamente. O estudo de caso escolhido para esta dissertação será o Afeganistão, através do qual se tentará demonstrar que, nos últimos anos, se tem verificado o envolvimento e a participação ativa de mulheres – civis e militares, afegãs e estrangeiras - na implementação das estratégias de

(re)construção da paz daquele território, desde o final da intervenção militar e início do processo de *peacebuilding* até aos dias de hoje.

METODOLOGIA

No que se refere a metodologia, neste trabalho utilizar-se-ão fontes primárias e secundárias que assumem especial relevância durante toda a investigação e através das quais, resultante da sua leitura, interpretação e crítica se tentará responder à seguinte pergunta central da presente investigação: até que ponto o processo de (re)construção da paz no Afeganistão tem promovido o envolvimento e participação das mulheres e de que forma tal se tem demonstrado eficaz?

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

No capítulo I será feito o enquadramento teórico-conceptual do tema a abordar, no qual se começará por atentar no conceito de género e no contributo feminista na evolução dos Estudos para a Paz. Em seguida, combinar-se-á a análise do conceito de *peacebuilding* e as suas várias dimensões com a dimensão de género no quadro dos estudos sobre construção da paz, com especial enfoque nos conceitos e nas estratégias. Por fim, daremos especial atenção ao envolvimento das mulheres nos processos de construção de paz, pretendendo mostrar desde quando ele existe, como apareceu e porque houve a necessitar de envolver as mulheres nestes processos.

Após o enquadramento teórico-conceitual entraremos numa fase da dissertação no qual daremos particular atenção à participação e envolvimento das mulheres nos processos de construção de paz, em concreto. Para tanto, no capítulo II olharemos já para o caso de estudo escolhido, o Afeganistão, onde abordaremos em primeiro lugar, o nível de envolvimento externo, ou seja, olharemos para as mulheres estrangeiras que atuam no território afegão em prol da (re) construção de paz. Daremos inicialmente especial atenção às mulheres civis envolvidas nestes processos, quer através de organizações internacionais, quer através de organizações não-governamentais, para seguidamente estudarmos o envolvimento das mulheres que participam nestes processos mediante a sua inclusão nas Forças Armadas e nas Forças de Segurança.

No capítulo III, analisaremos o envolvimento das mulheres Afegãs, pretendendo-se aqui plasmar o tipo de envolvimento político e social das mulheres Afegãs no seu país ao nível do processo de *peacebuilding* e identificar as maiores preocupações e dificuldades ao nível da incorporação de uma dimensão de género nestes processos.

Terminaremos a dissertação com um conjunto de conclusões que pretendem dar um contributo para a análise da participação das mulheres nos processos de (re)construção da paz, designadamente mostrando que as mulheres, quer civis, quer militares, quer afegãs, quer estrangeiras, têm vindo a participar cada vez mais ativamente no processo de (re)construção de paz do Afeganistão.

PRINCIPAIS CONTRIBUTOS DA ANÁLISE

No final desta investigação, procuraremos conseguir apresentar o atual estado do debate em torno da dimensão do género nos Estudos para a Paz, mas sobretudo demonstrar, a partir do caso Afegão, se há (ou não) envolvimento e participação das mulheres nos processos de paz e se este envolvimento e esta participação têm vindo (ou não) a contribuir positivamente para o sucesso das missões, procurando ainda elencar simultaneamente os principais problemas desta realidade.

DELIMITAÇÃO DE CONCEITOS

Ao longo de toda a dissertação serão abordados alguns conceitos chave que importa agora a ele referirmo-nos, esclarecendo a nossa posição sobre a sua definição. Para o nosso objetivo é determinante agora olharmos com atenção para o conceito de segurança humana. Não é pacífica esta conceptualização, mas não importa agora essa discussão. De salientar apenas que é hoje um conceito muito mais abrangente do que quando foi apresentado pela primeira vez num relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 1994. Que hoje o enfoque da segurança humana está no respeito pelos direitos humanos, devendo Estados e outros atores desenvolver todos os esforços para afastar a insegurança causadora de instabilidade política e económica e geradora de violência e privação. Importa pois reter que “Garantir a segurança significa proteger as liberdades vitais.” (CSH, s.d). E que, de acordo com a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), “todos os seres humanos, em particular os mais vulneráveis, têm o direito de viver em liberdade, sem

medo, com dignidade, ao abrigo da liberdade e do desespero.”, sendo “ A segurança humana a resposta mais apropriada às ameaças e desafios interligados que o mundo enfrenta (...) que exigem uma abordagem holística centrada na pessoa humana e na proteção dos seres humanos” (Kerim, 2008).

Interessa também compreender o conceito de operações de paz. Para o Comité Internacional da Cruz Vermelha, “As operações de paz contemporâneas são mais ambiciosas que as anteriores porque se supõe que elas façam mais que simplesmente evitar a retomada ou a ampliação de um conflito armado. Hoje, a comunidade internacional concebe essas operações como uma maneira de enfrentar as causas que estão na raiz das crises às quais elas respondem. As operações de paz têm uma abordagem pró-ativa com vista a forçar os que estão engajados na violência a retroceder do conflito e adotar paz e segurança.” (Kellenberger, 2008). Ou seja, as operações de paz são entendidas como o conjunto de ações concertadas, em que atuam diversos atores, governamentais e não-governamentais, locais, internacionais, para atingirem o objetivo máximo: a segurança humana das populações onde estão a intervir.

Analisemos outros dois conceitos: participação política e políticas de género. Para Riscal e Gandini, participação política “...constitui uma mediação entre cidadania, vontade geral e soberania popular.” Para esta investigação este é um conceito fundamental. Participação política feminina abrange uma série de ações e estratégias, como o voto, a eleição, a candidatura, o apoio a candidatos que defendam as políticas de género, a defesa e a integração de políticas que incluam defesa pelos direitos das

mulheres, inclusão de quotas de participação feminina nos diplomas legislativos, a introdução de uma cultura de sensibilização para as questões do género e da igualdade de género, todo um conjunto de mecanismos que reforcem a participação política das mulheres na vida política de uma comunidade e que promovam a eliminação da discriminação baseada no sexo (Bello, 2003). O último conceito ora abordado é certamente um dos mais relevantes para a presente investigação: *peacebuilding*. O principal objetivo do *peacebuilding* centra-se na ajuda de atores locais, no período pós-conflito, por forma a que se garanta que não existe uma regressão para uma situação de violência ao mesmo tempo que se pretende assegurar a manutenção da paz. Como tarefas primordiais do *peacebuilding* encontramos um conjunto de atores que envidam esforços no sentido de auxiliar o país fragilizado a preparar, monitorizar e observar eleições locais. De igual modo, ambiciona-se que se consigam reerguer as estruturas legais e judiciais do país, nomeadamente ajudando a redigir novos textos legais, que possam garantir os direitos humanos dos cidadãos, a reconstruir toda a máquina judicial – tribunais, ministério público, etc. Se preciso for, devem os atores envolvidos no auxílio tomar a administração temporária do território, auxiliando na reconstrução de todas as instituições vitais do Estado (Paris, 2004: 31-39). Podemos então entender o *peacebuilding* como o conjunto de ações concertadas que visam impedir o regresso do conflito armado e pretendem atingir a (re)construção de paz de um país, com vista reerguer uma sociedade (Nações Unidas 2002: 65-68).

CARACTERIZAÇÃO GEOPOLÍTICA E HISTÓRICA DO TERRITÓRIO AFEGÃO

Começaremos, desde já, por fazer uma breve caracterização geopolítica do território afegão, concentrando-nos nos anos últimos de história que o representam bem como na cultura e as especificidades próprias deste país, para tentarmos entender em que ambiente vive a população Afegã. Tudo isto com o objetivo de mais facilmente perceber de que forma a participação das mulheres na sua comunidade é ou não relevante e importante e de que forma tem sido concretizada ao nível dos processos de (re)construção.

O Afeganistão é um país situado na Ásia Central, tendo como capital a cidade de Cabul. Este país não faz fronteira com o mar, apenas fazendo fronteira com países como o Irão, o Turquemenistão, o Uzbequistão, o Tadjiquistão, a China e o Paquistão (Figura 1). É, por isso, um país demasiado interior, na medida em que se encontra cercado por uma imensa extensão de culturas, etnias e regimes políticos (Baptista: 2006).

Figura 1: Países que fazem fronteira com o Afeganistão



Do ponto de vista geopolítico, o Afeganistão encontra-se dividido em 32 províncias, que se subdividem em 329 distritos providenciais (Figura 2). Mas, se ao seu redor existem diversas situações culturais e sociais, o seu interior não é muito diferente. Na verdade, a par desta divisão geográfica encontramos também uma enorme divisão étnica, também ela bastante complexa. Assim, no Afeganistão contamos como principais etnias com os *Pashtuns*, os *Tadjiques*, os *Hazaras*, bem como com outros grupos menores como os *Quirguizes*, os *Balouches*, os *Nouristanis*, os *Paramiris*, entre muitos outros (Figura 3). Esta diversidade étnica, que se relaciona intimamente com a religião neste território, tem constituído mais um fator de insegurança e perturbação nacional (Baptista: 2006).

Figura 2: Províncias afegãs



Figura 3: Etnias afegãs



Atentemos ainda brevemente nas condições económicas daquele país, que se revelam de grande importância na compreensão geopolítica de qualquer país. E o Afeganistão não constitui uma exceção à regra. Por conseguinte, parece pertinente salientar-se que este território constitui um dos países mais pobres do mundo – é essencialmente agrícola, mas com uma agricultura muito rudimentar e simples. Além do que se encontra completamente devastado nas suas infraestruturas, devido às guerras que tem experienciado. Em termos económicos é um país dependente da ajuda internacional, pois de acordo com o *Report of the UN Secretary-General to the General Assembly Security Council* de 2004, a comunidade internacional contribuiu com 8. 2 biliões de dólares, entre 2004 e 2007, para a efetivação da reconstrução daquele país (Baptista: 2006).

A produção e tráfico de droga no Afeganistão constituem um outro problema importante no Afeganistão, correspondendo a uma enorme percentagem à escala mundial, o que causa graves problemas quanto a economias paralelas e todos os problemas a ela associados (Baptista: 2006).

O contexto político do Afeganistão é igualmente precário e frágil, porquanto num país cujas guerras têm marcado os últimos trinta anos, as instituições do Estado estão destruídas, os sistemas políticos descredibilizados pela população, tornando o Afeganistão num país sem experiência democrática substantiva (Lorena: 2004). Aqui a edificação do ordenamento jurídico é uma peça chave na reconstrução deste país, porque é orientadora e transmissora de segurança a pessoas e instituições. É essencial o surgimento de mecanismos e instrumentos jurídicos orientadores dos princípios democrático-políticos (Baptista, 2006). Contudo, toda esta conflitualidade política não advém apenas das condições geopolíticas, nem tão pouco apenas dos aspetos culturais. Na verdade, o Afeganistão foi já ocupado por diversos países, o que sempre foi resultado de lutas, disputas e culturas diversas. Persas, gregos, árabes, russos, ingleses, entre outros, foram povos que disputaram o domínio daquele território. Estas disputas têm tido as mais diversas características e motivações: intraestatais, intraestatais, guerras religiosas, culturais, étnicas (Baptista, 2006).

A complexidade de todas as condicionantes tem contribuído, de forma determinante, para a instabilidade e insegurança, para a guerra e para a desconfiança e insegurança do povo afegão. É devido à conjugação de todos estes fatores que o Afeganistão se

tornou nos últimos anos num dos principais países em que a intervenção da comunidade internacional, com os seus instrumentos e mecanismos, se tornou mais requerida e foi considerada necessária (Carriço, 2004).

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

Neste capítulo pretende-se fazer um enquadramento teórico-conceptual sobre a contribuição dos estudos feministas para a temática da (re)construção da paz. Na primeira parte deste capítulo, daremos especial enfoque à análise da evolução dos estudos feministas no quadro dos estudos da paz e a sua relação com os processos de (re)construção da paz em contextos de pós-conflito. Esse será também o ponto de partida para o estudo da questão da dimensão de género no âmbito das estratégias dominantes de *peacebuilding*. Para tanto, abordar-se-á o conceito de *peacebuilding*, destacando as definições dos principais estudiosos desta matéria bem como outros conceitos a ele associados, como sejam o *peacekeeping*, a paz, a dimensão de género e a segurança humana, para de seguida analisarmos com mais profundidade as várias as estratégias associadas ao(s) processo(s) de *peacebuilding*. Após este enquadramento, quer da evolução dos estudos feministas no âmbito dos Estudos para a Paz, quer do conceito e estratégias de *peacebuilding*, entraremos no tema central desta investigação: o envolvimento das mulheres nos processos de (re)construção de paz. Aqui tentaremos perceber como está a ocorrer este envolvimento, com objetivo de identificar qual o seu papel nos processos de *peacebuilding*, que tipo de operação atua e o que tem sido feito no sentido de proteger, possibilitar e incentivar o envolvimento das mulheres nas operações de *peacebuilding*.

CONCEITO DE GÊNERO E O CONTRIBUTO FEMINISTA: EVOLUÇÃO NOS ESTUDOS PARA A PAZ

Os estudos feministas na área dos Estudos para a Paz constituem um contributo teórico relativamente recente, porquanto apenas surgiram nos finais dos anos 80, no Reino Unido e nos Estados Unidos. A sua emergência justifica-se e centra-se na crítica que estes estudos vêm fazer sobre a construção social e sobre os métodos das ciências sociais sobre o indivíduo. Esta corrente constitui-se por ser um campo que congrega várias perspetivas. Contudo, em todas as suas variantes podemos apontar um denominador comum: a partilha pelo reconhecimento da subordinação social das mulheres, bem como a oposição a essa subordinação e bem assim a necessidade de mudança social com vista à eliminação desta subordinação (John, 2006: 138). De acordo com Nogueira e Messari (2005) e a análise que estes dois autores fazem da perspetiva feminista, o género tende a não ser visto como algo natural. Para estes estudiosos a questão do género constitui antes uma construção social, muito para além da condição natural e inata de cada indivíduo. Esta é a visão que os construtivistas têm também da dimensão de género. Portanto, para a corrente construtivista, o género não se cinge apenas à distinção física entre homem e mulher. Este conceito enfoca muito mais a questão das diferenças resultantes da construção social. O surgimento dos estudos feministas, enquanto área de estudo reconhecida nas Relações Internacionais (RI), ocorreu também em virtude das inúmeras violações de mulheres da década de 80 e da consciência do papel secundário frequentemente atribuído às mulheres na sociedade e nas teorias dominantes (Nogueira e Messari, 2005: 221-224).

Os estudos feministas constituem-se, assim, de uma grande diversidade de análises e posições, sendo que como ponto em comum encontramos a sua posição epistemológica e ontológica inversa às teorias dominantes da Relações Internacionais (como o Realismo) (Nogueira e Messari, 2005: 221-224). Mas esta diversidade é também defendida por Tickner (1997) como sendo o elemento chave do feminismo e que se destaca das teorias tradicionais de Relações Internacionais que, segundo a autora, não possuem sequer ‘instrumentos analíticos’ adequados para estudar a questão do género (Tickner, 1997: 613). Quer com isto dizer-se que, para a autora, os estudos feministas usam de diferentes epistemologias quando analisam e estudam os problemas das Relações Internacionais, o que lhes confere um resultado de análise bem mais diverso e completo do que as demais escolas das Relações Internacionais, nomeadamente no que se refere à compreensão sobre o que é o género, assim como a perceção da realidade e da ontologia (Tickner, 1997: 613). Por exemplo, de acordo com os feministas, a análise das diferenças de género permite a abrangência de toda a esfera pública e privada da nossa vida, enquanto que se esta análise for feita através da lente de outras correntes das relações internacionais, o género centra-se apenas na diferença entre homens e mulheres, reduzindo o seu âmbito de ação e dele excluindo tudo quanto se relaciona com as políticas internacionais. Assim, entende-se que, com a forma de abordagem dos estudos feministas, a questão de género constitui uma verdadeira ‘avenida de comunicação’ que vem permitir a compreensão e a fundamentação de muitas questões (Tickner, 1997: 613). De tal forma que se enfatiza que os estudos feministas não centram o seu enfoque apenas na mulher. Na verdade, os estudos feministas analisam e debruçam-se sobre o homem e a masculinidade.

Aliás, de acordo com a autora este é um ponto-chave a ser entendido pelas demais correntes de relações internacionais, para melhor compreenderem a questão do género, sublinhando até que a perspectiva feminista assenta em metodologias humanistas (Tickner, 1997: 614-615, 619). Sana Azad Rasoul (2012) complementa este raciocínio, afirmando que não é possível olhar para os estudos feministas apenas como ‘suplementos dos paradigmas clássicos das RI’ (Rasoul, 2012: 1). De acordo com Rasoul, existem três argumentos fortes que sustentam a força e a necessidade dos estudos feministas nestas questões. Desde logo entende-se que a corrente feminista questionou as principais teorias internacionais, afirmando que às teorias tradicionais apenas importam os ‘estudos poderosos’, excluindo-se do seu campo de análise aqueles que caem em categorizações não tradicionais, ou seja, os que não se incluem em categorizações como Estado, anarquia, etc. Vindo a esclarecer também que ao estudo feminista não importa o estudo de mulher pela mulher, assim como o enfoque desta corrente não se cinge às diferenças biológicas entre feminino e masculino, antes interessa entender como estas categorias socialmente construídas se relacionam dentro e fora do Estado (Rasoul, 2012: 1-2). Acrescenta também que, para entendermos o âmbito internacional, partimos normalmente de dois conceitos: o Estado e a Natureza, sendo que o Estado é quase sempre escolhido como unidade de referência. Ora, para os estudos feministas, esta escolha revela a exclusão da família e mais concretamente da mulher da esfera pública. Assim e de acordo com esta perspectiva, o Estado é visto sob o ponto de vista hobbesiano, como algo construído e necessário, aceitando-se como um poder absoluto e centralizado para se poder viver em paz e na qual os homens estão preparados para a guerra, se preciso for, para manter a sua paz (Rasoul, 2012: 3). A crítica feminista, a este nível, centra-se

essencialmente no facto de defender que as correntes dominantes apenas incluem uma parte do que é a natureza, defendendo-se antes que deveriam incluir a perspetiva de género das correntes feministas por forma a ter um reconhecimento necessário do todo, podendo examinar as várias relações de poder nas construções de género, bem como nas relações sociais (Rasoul, 2012: 2-3).

Por último, um outro argumento apontado para a necessidade da perspetiva feminista sobre as questões do género prende-se com o facto de que, para os realistas, a questão da segurança é analisada sobretudo do ponto de vista político e militar, numa abordagem descendente. Ora para os feministas faz todo o sentido uma abordagem *bottom-up*, multinível e multidimensional sobre esta questão, uma vez que permite maior abrangência (Rasoul, 2012: 3; Tickner, 1997: 624).

Segundo Nogueira e Messari (2005), o movimento feminista que hoje conhecemos nem sempre assim foi, tendo por isso passado por um processo evolutivo. De acordo com estes autores, passou por três gerações até ser como hoje o conhecemos. Numa primeira fase, este movimento tinha como principal fator de luta dos movimentos feministas a questão do direito de voto em sufrágio universal e a participação política das mulheres. Assim, podemos afirmar que, neste primeiro momento, todas as ações de luta e mudança deste movimento tinham em vista o direito à igualdade, sobretudo através do direito de voto, garantindo a emancipação das mulheres, promovendo a integração das mulheres no mundo da política e a sua participação ativa. Em suma, com esta luta pretendia-se garantir a possibilidade a todos os cidadãos, incluindo as mulheres, ao direito de voto em sufrágio universal (Nogueira e Messari 2005: 224-

227). Durante a segunda geração dos movimentos feministas o enfoque centrou-se na necessidade de inclusão social e de cidadania. Isto significa que, todas as ações e iniciativas destes movimentos durante esta fase tiveram como objetivo alcançar e sensibilizar para duas questões bastante relevantes – inclusão social e cidadania (Nogueira e Messari 2005: 224-227). Por último, foi com a terceira geração que se passou a integrar os estudos feministas como disciplina das Relações Internacionais, ganhando o estatuto de disciplina das Relações Internacionais e conferindo-lhes maior relevância e notoriedade¹ (Nogueira e Messari 2005: 224-227).

De acordo com os estudos feministas, o género pode entender-se como um conjunto de categorias que servem para organizar o mundo em que vivemos e que essas categorias refletem e reproduzem a ordem de género, ao constituírem a interligação entre a subordinação entre uns e outros (Confortini 2006: 345). Isto é, do ponto de vista simbólico, o género constitui-se num conjunto de características construídas assentes em variáveis sociais e culturais. Mas já do ponto de vista estrutural, consiste na primeira forma de estabelecer relações de poder. Enquanto género individual entramos na esfera das experiências humanas propriamente ditas (Tickner, 1997: 614-615).

¹ Estes dois autores, apontam-nos também a diferença entre o que se entende por ponto de vista feminista, feminismo pós-moderno e uma terceira forma de feminismo. O ponto de vista feminista constitui a forma mais tradicional desta corrente em que a questão central de estudo é a questão do género no âmbito das questões de poder. Já o feminismo pós-moderno pode entender-se como uma subcorrente de estudo na qual se questiona permanentemente a questão identitária, que entende o género como uma questão indissociável das questões políticas e culturais. Por último, uma terceira forma ligada a estes estudos consiste naquele que contem uma vertente mais ligada à teoria crítica, entendendo-se que esta terceira permite a formulação de críticas teóricas e alternativas políticas, sendo vista como uma forma de emancipação (Nogueira e Messari 2005: 224-227).

A este respeito atentemos em especial às considerações que a Organização das Nações Unidas (ONU) faz em relação às questões do género e da promoção da mulher:

“Gender roles are learned through socialization processes; they are not fixed but are changeable. Gender systems are institutionalized through education systems, political and economic systems, legislation, and culture and traditions. In utilizing a gender approach the focus is not on individual women and men but on the system which determines gender roles / responsibilities, access to and control over resources, and decision-making potentials.”(ONU, 2001: 1)

Desta forma as questões do género referem-se a toda a sociedade – homens e mulheres – e às relações existentes entre os membros dessa sociedade. É, por isso, pertinente afirmar-se que a problemática da promoção de género deve focar-se não apenas nas questões das mulheres, deve antes envolver e preocupar-se com homens e mulheres (ONU, 2001: 1). Neste sentido ao abordar-se a igualdade de género está a destacar-se, conseqüentemente, os direitos humanos, responsabilidades e oportunidades do ser humano, independentemente do sexo, ou seja, independentemente de serem os direitos, responsabilidades ou oportunidades de homens ou mulheres e da necessidade de assegurar que esses interesses, necessidades e prioridades de homens e mulheres são tratados de igual forma (ONU, 2001: 1-3).

Nas últimas décadas, a panóplia de iniciativas verificadas para trazer a dimensão de género para a agenda internacional, sobretudo para as questões relacionadas com os processos de paz e de instrumentos legais de proteção aos direitos humanos das mulheres, tem vindo a aumentar. Instituições governamentais e não-governamentais, atores internacionais, regionais e locais têm-se empenhado fortemente nesta tarefa,

produzindo manuais, *guidelines*, treinios e outras iniciativas para alcançar os objetivos pretendidos – a igualdade de género e da participação de toda a comunidade, incluindo as mulheres, nos esforços de (re)construção da paz. O assunto entrou definitivamente para a agenda internacional através de documentos como a Declaração de Proteção das Mulheres em Emergências e nos Conflitos Armados (1974)², a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (1979)³, a Declaração das Nações Unidas para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (1993)⁴, ou a Resolução do Parlamento Europeu sobre as questões de género na resolução de conflitos e nos processos de construção de paz (2000) (Jack, 2000: 23).

Além destes, outros documentos também são considerados para a compreensão, em diferentes momentos, sobre a relação existente entre o género e os Estudos da Paz, como as conferências do México (1975), de Copenhaga (1980) e de Nairobi (1985) que constituíram, segundo Brock-Utne (2000), as iniciativas da ONU mais relevantes durante estas três décadas nesta temática. Nos documentos produzidos nestas três conferências, a autora identifica a mudança de significado do termo ‘Paz’ e onde se inclui também a referência à abstenção de violência contra as mulheres, como forma de caracterizar a paz. Para a autora, a existência de paz está diretamente relacionada com a interligação o nível micro e macro. Assim, Brock-Utne (2000) identifica os

² Esta declaração foi proclamada pela AGNU pela resolução 3318, de 14 de Dezembro de 1974 com principal objetivo de combater graves ataques às liberdades fundamentais e à dignidade da pessoa humana, em especial das mulheres e, bem assim, de garantir especial proteção a mulheres e crianças pertencentes à população civil que sofrem estas violações.

³ Esta convenção entrou em vigor em 3 de Dezembro de 1981 e é considerada como o instrumento fundamental para o desenvolvimento dos direitos das mulheres.

⁴ Esta declaração veio representar um sério compromisso por parte dos Estados em relação às suas responsabilidades e também um compromisso da comunidade internacional em geral para a eliminação da violência contra as mulheres.

momentos em que a paz é praticada, exemplificando que enquanto houver mulheres a serem mutiladas (ou mal tratadas) não haverá paz. Considera-se então, segundo esta perspectiva, que para a redefinição do conceito de paz é necessário incluir a ausência de violência aos níveis micro e macro, especificamente contra as mulheres (Brock-Utne, 2000). O princípio de *Gender mainstreaming*, definido em 1997 pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) (Jack, 2000: 33), constitui a estratégia que suporta o objetivo principal da igualdade de género no âmbito do desenvolvimento económico e social, através da integração de uma perspectiva de género. Isto é, através de um processo de avaliação das implicações quer em homens, quer em mulheres a todos os níveis (legislação, programas, políticas). Esta estratégia, segundo a análise de Woroniuk, opera em duas dimensões distintas: por um lado, a integração das preocupações de igualdade de género nas políticas, programas e projetos; e por outro lado, as iniciativas que possibilitem a igualdade de género na participação ao nível do processo de tomada de decisão. Especificamente no domínio do *peacebuilding*, o princípio de *gender mainstreaming* consubstancia-se no alcance de um maior envolvimento e participação das mulheres, promovendo a igualdade de género como sendo um pré-requisito fundamental para alcançar a paz (Woroniuk, s.d.: 1-2).

Sem dúvida alguma que Johan Galtung (1969) vem trazer aos Estudos da Paz a mais abrangente e aprofundada perspectiva sobre a definição de violência, ao caracterizá-la do ponto de vista direto, estrutural e cultural. Contudo, certo é também que esta sua visão em muito beneficiou dos contributos prestados pelos estudos feministas, porquanto estes vieram possibilitar melhor a sua análise através da conjugação de

quatro fatores. Em primeiro lugar, foi com este contributo que se procedeu à incorporação da noção de género como uma construção social associando-lhe a questão do poder. Em segundo lugar, também possibilitaram a inclusão da linguagem e do discurso próprios do género. Por último, este grupo de estudo e análise permitiu mostrar que a violência produz e define identidades de género. Podemos afirmar que é com este contributo dos estudos feministas na abordagem de Galtung que o género ganha finalmente o estatuto de categoria de análise (Confortini, 2006: 341-343).

A perspetiva defendida pelos estudos feministas nesta temática veio complementar a ainda definição apresentada por Galtung, uma vez que congrega outros elementos complementares e que consubstanciam uma melhor compreensão das distinções entre os tipos de paz, na medida em que a distinção entre paz negativa e paz positiva (que assenta nos conceitos de paz negativa enquanto “abstenção de violência organizada e pessoal⁵”, pela “inexistência de guerra”⁶ e de paz positiva como a ausência de violência estrutural (Wiberg, 1987), foi exemplificada por Galtung. Este autor esclarece que os momentos identificados pela paz negativa variam bastante e podem ser analisados numa perspetiva micro quando, por exemplo, uma mulher sofre agressões físicas pelo seu companheiro; indicando também, que a paz positiva se torna evidente quando um milhão de maridos que mantinham as suas esposas na ignorância (Galtung, 1969: 171). Na perspetiva feminista de Brock-Utne (2000), não se trata de distinguir entre paz em positiva e negativa, mas antes fazer a distinção entre o nível micro e macro. Para a autora, esta crítica das correntes feministas é a

⁵ Tradução livre do autor, no original “the absence of organized, personal violence, that is approximately the same as non-war”.

⁶ Tradução livre do autor, no original "requiring the absence of structural violence”.

mais acertada, pois segundo a distinção feita por Galtung como classificaríamos o facto de mulheres temerem pela sua vida, por serem violadas, mutiladas e queimadas vivas em situações de aparente paz? (Brock-Utne, 2000). Para a autora, faz mais sentido entender a paz como a ausência de guerra e não se podendo observar a sua existência sem que se verifique a participação de todos (homens e mulheres) nos processos de decisão em pé de igualdade. Significando então que existe paz quando, no macro nível, se verifique a ausência de “violência pessoal, direta e coletiva” e quando no micro nível se verifique a inexistência de violência contra as mulheres.

A investigação produzida pelos estudos feministas contribui ainda para a teoria de violência de Galtung, através de três outras constatações. Desde logo, revelam-nos quais são os perigos da categorização vítima/agressor. Também nos mostram que a dicotomia violência-paz é causadora de relações de poder e subjugação nas sociedades. Finalmente revelam que uma visão “sexista” traz complicações ao nível da triangulação da violência de Galtung, pois embora Galtung tenha vindo a considerar e categorizar vários tipos de violência, os estudos feministas vêm acrescentar que a violência direta constitui um método de controlo social de ambos os sexos, visível, por exemplo, através dos casos de violência doméstica, ou seja, a violência direta acaba por constituir um meio para alcançar também a violência estrutural (Confortini, 2006: 350). Catia Confortini (2006), após esta análise, identifica ainda os fatores que determinam o contributo dos estudos feministas na teoria de violência de Galtung (Confortini, 2006: 335). De acordo com esta autora, nos estudos feministas defende-se que o género é uma construção social, que organiza a vida social categorizando hierarquicamente a sociedade e que congrega

relações de poder (Confortini, 2006: 341-350). Nos estudos feministas, com a sua análise e interpretação, também é possível a compreensão da dimensão de género na nossa sociedade bem como os vários níveis de violência associados (Confortini, 2006: 353-355). Além do mais, permitem-nos ainda perceber que o discurso e a linguagem revelam as relações de poder, assim como também revelam que são uma construção social (Confortini, 2006: 350-353). Mostram-nos, por fim, que a violência está patente na construção e reprodução das relações hegemónicas de masculinidade. De acordo com esta perspectiva, a violência cultural opera como um elemento de ligação com a abordagem de género sobre violência, pois para o feminismo a violência consiste numa interação entre o biológico, o social e o moral, de diversas formas que determinam as ações humanas (Confortini, 2006). Nesta análise, a autora revela-nos também que Ann Tickner, numa crítica profunda à posição adotada por Francis Fukuyama⁷, afirma que este constitui um verdadeiro exemplo de um argumento conservador de subordinação feminina e de racismo (Confortini, 2006: 343-345).

Nesta linha de análise, Terrel Northrup (2006) vem identificar alguns pontos em comum entre as teorias sobre resolução de conflitos dominantes e os estudos feministas. Em primeiro lugar, estes dois grupos de estudo estão em concordância quanto à nova forma e alternativa como se olha para o problema – os Estudos para Paz e a questão do género. Em segundo, Northrup (2006) identifica como ponto em comum o facto de ambos se preocuparem com problemas de identidade e

⁷ Francis Fukuyama defendeu a existência de teorias masculinas, bem como de líderes determinados (e masculinos) como elementos fundamentais e determinantes para manter a civilização ocidental (Confortini, 2006: 343).

necessidades humanas em oposição ao poder político. Em terceiro, também este autor entende haver concordância entre estas duas valências ao reconhecerem a relevância da interligação, da diversidade e da interdependência. Seguidamente, ainda se considera que quer no âmbito das teorias de conflitos dominantes quer no feminismo se aceita a existência de culturas, história e realidades diversas. Por último e em *ultima ratio*, o facto de o seu objetivo ser comum: a paz (Northrup, s/d apud Confortini, 2006: 333-335). Por sua vez, a Resolução 1325 de Outubro de 2000, do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança, reflete pela primeira vez o reconhecimento, por parte dos atores internacionais, da importância e da necessidade do envolvimento das mulheres nos processos de paz e de (re)construção de Estados pós-conflito armado (John, 2006: 157; Moura 2005: 4). Neste documento do Conselho de Segurança da ONU, considera-se que a manutenção da paz e da segurança só é possível com a igualdade de participação de homens e mulheres nos processos de tomada de decisão, bem como com a consciencialização de todos os atores para a adoção da perspectiva de género. É a partir deste momento que se verifica, pelo menos no campo teórico, a preocupação global sobre a necessidade de prestar atenção às mulheres que participam na construção da paz, daí retirando conclusões que levem a um correto investimento em fontes e iniciativas que promovam a igualdade de género no *peacebuilding*⁸.

Em Março de 2000, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) reconhece, pela primeira vez, que o envolvimento de mulheres nos processos de

⁸ Esta havia sido já a principal conclusão da *Plataform for Action (PFA)*, resultante da Conferência de Beijing, de 1995, na qual se estabeleceu a diferenciação entre as consequências vividas durante o conflito, por homens e por mulheres e onde se consagrou expressamente que mulheres e meninas são particularmente afetadas nos conflitos, quer pelo lugar que detêm na sociedade, quer pelo seu sexo (Woroniuk, s.d.: 2).

construção de paz constitui um contributo para o sucesso desses processos. Foi também por essa ocasião que se reconheceu que homens e mulheres têm necessidades diferentes em contextos de conflito armado, assim como contributos diversos no pós-conflito, que ao serem todos equacionados e considerados, permitem uma melhor análise do problema e, conseqüentemente, possibilitam equações de possíveis soluções mais abrangentes e eficazes, pois congregam nelas o todo da sociedade (e não apenas de determinados grupos da sociedade). Já em Maio de 2000, o Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) da ONU sublinha a necessidade de respeitar o princípio da igualdade de género no envolvimento de homens e mulheres nos processos de paz, tendo esta posição sido reforçada na 23ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Junho de 2000, na qual se postulou que o envolvimento de mulheres nos processos de paz deve ocorrer a todos os níveis de atuação (Moura 2005: 4). Ainda neste contexto, podemos também destacar duas iniciativas relevantes nesta temática: a *Guidelines for gender mainstreaming in crisis prevention and conflict management* (2001) e o *Gender mainstreaming in Peace Operations* (2002). Relativamente às primeiras, a elaboração destas *guidelines* revelaram-se de extrema importância, porquanto vieram consciencializar e apresentar a importância e necessidade da igualdade de género dos trabalhadores bem como vieram inovar da importância da inserção de estudos de género em programas; e da sua inclusão nos estudos sobre os conflitos, apontando que homens e mulheres são distintamente afetados pelo conflito (Stern e Nystrand, 2006: 107-108).

Devemos, no entanto, salientar que apesar da existência de um conjunto vastíssimo de instrumentos e mecanismos com vista a garantir os direitos e as necessidades das

mulheres, nomeadamente em contextos de conflito armado (sobretudo durante e após), a sua implementação tem sido muito tímida e limitada. Inúmeras explicações surgem para esta discreta implementação do trabalho já feito no plano teórico e político, sendo que as motivações de cariz cultural e histórico são as mais comumente apontadas como justificações mais habituais. Além do mais, o facto de haver já uma assunção da importância das questões em torno da igualdade de género no plano teórico, não significa que o mesmo ocorra naturalmente na prática, pois homens e mulheres não têm, ainda, igualdade de acesso à política, à economia e ao direito, sobretudo em situações de pós-conflito, geralmente situados em contextos não ocidentais. Ainda de salientar que para operarem estas mudanças, não basta apenas que haja vontade, é fundamental também e desde logo uma mudança nas estratégias e políticas nacionais internacionais, quer a nível legal, quer em termos da sua efetividade prática. É neste domínio que a sociedade civil desempenha um importante papel – na consciencialização e necessidade destas mudanças (Jack, 2000: 23-25).

Centremo-nos agora na importância que a dimensão de género tem no âmbito do *peacebuilding*, abordando o seu conceito e suas estratégias.

PEACEBUILDING E DIMENSÃO DE GÉNERO: CONCEITO E ESTRATÉGIAS

As missões de *peacebuilding* surgem no contexto do pós-Guerra Fria, sendo consideradas como as sucessoras das missões de *peacekeeping*, embora aquelas envolvam um objetivo mais complexo, que exige, à partida, maior empenho dos

atores internacionais. Foi com a Agenda para a Paz de 1992 de Boutros-Ghali, então Secretário-geral da ONU que estas missões designadas de Operações de Paz ganharam o seu ímpeto. Para o Secretário-Geral da ONU, a construção de paz em cenário de pós-conflito serviria para prestar o apoio necessário a “fortalecer e solidificar a paz” (Boutros-Ghali, 1992: 11) “através de ações como o desarmamento, a reposição da ordem, o repatriamento de refugiados, a assessoria e treino para segurança, a monitorização de eleições, a proteção de direitos humanos, reforma das instituições nacionais e/ou a promoção da participação política” (Boutros-Ghali, 1992: 11).

Desde o fim da Guerra Fria a ONU promoveu já mais de 50 missões de operações de paz. A primeira grande missão de *peacebuilding* da ONU ocorreu na Namíbia⁹ (1989), onde se monitorizou a polícia local e se procedeu ao desarmamento das

⁹ A Namíbia vivia numa guerra civil que contava já com 23 anos. O diferendo à volta da Namíbia teve na sua origem a ocupação sul-africana do território, ocorrida no final da I Guerra Mundial. A questão ganhou maior visibilidade internacional a partir da criação do *South West People's Organisation* (SWAPO) cujo grande objetivo era a libertação do povo namibiano da opressão e exploração colonial. Em Agosto de 1966, a SWAPO iniciou a luta armada, que só a partir de 1975 ganhou algum relevo, altura em que o movimento namibiano passou a contar com bases em Angola. Mais significativas que as vitórias militares para a SWAPO foram as vitórias diplomáticas. Em 1971, o Tribunal Internacional de Justiça veio declarar ilegal a ocupação sul-africana da Namíbia, exigindo a retirada imediata dos sul-africanos. Face ao incumprimento efetivo de tal exigência, um conjunto de países, conhecidos como o Grupo de Contacto, liderados pelos EUA, envolveu-se ativamente na resolução desta questão. Dos esforços do Grupo de Contacto surgiu um documento que, após a aprovação do Secretário-Geral da ONU, *Kurt Waldheim*, resultou na resolução 435, aprovada pelo CSNU em 29 de Setembro de 1978. No ano anterior ao início da missão de *peacebuilding* da ONU (1989), foi assinado o acordo de paz entre Angola, Cuba e África do Sul que permitiu pôr fim à guerra e dar início à missão. Resolvida a questão da retirada das tropas cubanas de Angola, estavam criadas as condições para a real implementação da resolução 435, cujo primeiro passo foi a criação da *United Nations Transition Assistance Group* (UNTAG). A Namíbia, em virtude da sua experiência de vida enquanto nação, não possuía a capacidade necessária para sozinha dirigir o país. Assim, os principais objetivos da missão de *peacebuilding* na Namíbia, com base na Resolução 435, foi auxiliar na realização de eleições e na garantia de transição de uma condição de ex-colónia para país soberano, através da garantia do acordo de paz, de ajuda no retorno dos refugiados, da supervisão das eleições nacionais, do auxílio na retirada de tropas sul-africanas, no apoio à polícia local na manutenção da ordem e na ajuda no estabelecimento de um governo democrático num país sem experiência nesta matéria (Branco, 2003: 84-87).

forças rebeldes. O objetivo primordial do *peacebuilding* consiste em ajudar os atores locais, no período pós-conflito, a garantir que não se regrida para uma situação de violência e, em simultâneo, que se assegure a manutenção da paz. Como tarefas fundamentais do *peacebuilding*, pretende-se que os atores envolvidos nestas missões devam conseguir preparar, monitorizar e observar eleições locais. De igual modo, ambiciona-se que conseguir reerguer a dimensão legal e judicial do país, nomeadamente ajudando a redigir novos textos legais, que possam garantir os direitos humanos dos cidadãos, assim como se intenta alcançar a reconstrução de toda a máquina judicial – tribunais, ministério público, etc. Se preciso for, os atores envolvidos devem tomar a administração temporária do território, auxiliando na reconstrução de todas as instituições vitais do Estado. Todo este processo implica o envolvimento de uma grande multiplicidade de atores locais e externos (Paris, 2004: 31-39).

Para melhor percebermos o que efetivamente é o *peacebuilding* partimos da definição de paz avançada por Galtung, na qual se lê que o paz constitui a condição para os conflitos se transformarem criativamente e sem violência (Galtung 1996: 77). Devendo o entendimento de ‘paz negativa’ ser o da ausência de conflitos, enquanto o conceito de ‘paz positiva’ deve ser encarado como uma paz estável que se alcança por intermédio de uma participação mais ativa dos atores (Doyle, 2006: 18-23). Neste âmbito, é também importante analisar a capacidade internacional de promover a paz, quando um país sozinho se mostra incapaz ou sem vontade de o fazer e que se tem traduzido frequentemente na adoção e implementação de um modelo de paz – que aqui designamos de *peacebuilding*. Este modelo consiste na combinação de

quatro pilares: o pilar militar e de segurança – neste pilar tem-se como principal objetivo alcançar a legitimação do poder central do Estado que necessita de ajuda/ou no qual é decidido intervir; o pilar político – no qual se opera o incentivo à participação política, com vista a aumentar a legitimidade do estado; o pilar económico – pilar assente na ideia de que a concentração de esforços para aumentar as fontes económicas que suportam a paz constitui uma mais-valia por trazer resultados bastante positivos para o sucesso da missão; e, por fim, o pilar psicossocial – no qual se entende que deve prestar-se a ajuda internacional ou mesmo, se necessário for, durante o período de transição, incluir uma autoridade internacional. Este tem sido o *modus operandis* no quadro das missões de paz levadas a cabo pela ONU, que segundo o autor tem desempenhado um importante papel no pós-conflito (Doyle, 2006: 27-31).

As estratégias do *peacebuilding* devem ser concebidas tendo em conta o conflito e o contexto concreto em que vão ser implementadas, só assim a sua operacionalização poderá ser produtiva e eficaz à luz dos objetivos que se propõe alcançar. Para tanto, é essencial uma abordagem holística, com vista à obtenção do resultado pretendido (Doyle, 2006: 63-64). Ou seja, o *peacebuilding* deve espelhar o resultado de uma negociação e adequação ao objetivo traçado e não apenas a aplicação de uma matriz já definida (Ramsbotham, 2011: 231). Neste contexto, Doyle fala em triangulação da paz. Na medida em que postula que “as causas locais, a capacidade doméstica e uma autoridade de transição eficaz constituem o espaço político de construção da paz” (Doyle, 2006: 64). Contudo, a existência desta triangulação terá de ser acompanhada com mais alguns aspetos como sejam o compromisso das partes, uma intervenção

internacional estudada caso a caso e o objetivo último terá sempre de ser a construção da paz (Ramsbotham, 2011: 231). Evitando assim sair do horizonte de pensamento em que, quanto mais hostil for a situação, maior terá de ser o empenhamento da ajuda internacional no estabelecimento de uma paz, que se quer duradoura, enquanto nos casos em que se verifique menos hostilidade, a intervenção internacional deverá operar ao nível da monitorização, com vista a permitir o estabelecimento da confiança e autoconstrução da paz. A interligação perfeita dos três vértices do triângulo é um processo complexo de se alcançar (Doyle, 2006: 64-68).

O Secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, apresentou em Julho de 2009 um documento que reflete a Estratégia da ONU relativamente aos processos de *peacebuilding* e no qual se consagram as preocupações da comunidade internacional com estas questões e se identificam uma série de iniciativas que devem ser encaradas como prioritárias nas respostas a dar aos países na fase pós-conflito. Reforma das forças armadas e de segurança, acompanhamento dos processos eleitorais locais, reconstrução dos sistemas políticos de administração de um país, promoção do emprego e incremento da economia são, de acordo com este documento, as maiores preocupações que devem ser atendidas nos processos de construção de paz de um país em situação de pós-conflito armado. Sucede que esta estratégia pode resultar num verdadeiro fracasso, porquanto ela se resume a aplicar a resposta e visão ocidentais para os problemas sem que se relacionem com a realidade local. Mariano Aguirre e Chris Borgh (2010) dão-nos os exemplos da África Subsariana, do Afeganistão ou do Iraque, países onde, desde logo, os sistemas políticos são

substancialmente diferentes dos modelos ocidentais¹⁰. Desta forma, os autores revelam-nos o conceito de paz pós-liberal, no qual essencialmente, a paz não se impõe através do modelo ocidental e com as preocupações que o mundo ocidental entende serem as mais relevantes, mas sim através de análise e adequação das medidas ao país no qual se pretende atingir a paz (Aguirre e Borgh, 2010: 8-9).

No que diz respeito à dimensão de género nos estudos da paz, podemos então seguir o raciocínio do que dizem Stern e Nystrand quando afirmam que

“...gender is an integral component to the make-up of the complex reality in which armed conflict is situated and have called for inclusion of both gender and women in thinking about questions of security, armed conflict, conflict resolution and peace building.” (Stern e Nystrand, 2006: 30)

Na perspetiva das autoras, a dimensão de género nos estudos da paz consiste numa corrente de extrema relevância uma vez que nos permite perceber de que forma é que os conflitos afetam particularmente cada um dos grupos da sociedade, nomeadamente o das mulheres. Contudo, estudando a dimensão do género percebe-se que as mulheres estão tradicionalmente afastadas dos processos de (re)construção de paz ou, quando intervêm, fazem-no sempre em posição de subordinação aos homens. Estas duas autoras revelam-nos a vulnerabilidade das mulheres nas dinâmicas do conflito armado, elencando as suas principais necessidades e dificuldades nestes processos, das quais destacamos as relacionadas com a saúde,

¹⁰ O autor revela também que, à margem desta estratégia da ONU, é possível estabelecer acordos de paz e construir as instituições do Estado sem que efetivamente termine de imediato a violência e a guerra, exemplificando esta situação com o que acontece na República do Congo (Aguirre e Borgh, 2010).

com o acesso a terra e com o problema das mulheres-soldados (Stern e Nystrand, 2006: 29-32). Por seu lado, Brock-Utne (2000) realça três características essenciais do desempenho das mulheres no seu envolvimento em processos de (re)construção da paz. Segundo esta autora, a atuação das mulheres é caracterizada pelo uso de um conjunto de técnicas, atos e estratégias que não incluem o uso de violência. Além do que, na sua atuação, as mulheres têm sempre em conta o valor ‘vida’ de todos os seres humanos e de natureza, sobretudo o valor da vida das crianças, nunca descurando este valor e considerando-o quando estão envolvidas em processos de paz. Por último, de acordo com o que diz Brock-Utne, as mulheres recorrem a uma atuação transnacional e transpolítica, ou seja, quando envolvidas em processos de paz, não é relevante para determinar a sua atuação se o resultado do seu esforço alcança só mulheres, antes revela o resultado do todo. Na verdade, o seu objetivo principal é atingir o fim a que se propuseram, independentemente dele recair sobre homens, mulheres ou até mesmo, líderes políticos da oposição (Brock-Utne, 2000).

De acordo com Moolakkattu John (2006), conseguimos distinguir sete áreas fundamentais em que o feminismo tem vindo a apoiar os Estudos para a paz. Desde logo e em primeiro lugar, o feminismo vem ajudar na ampliação e desenvolvimento do conceito de paz, introduzindo a variável do género. Em segundo, contribui também para a remodelação da agenda da educação para a paz. Também é com o feminismo que se passou a integrar as noções de política, poder, segurança e utopias sociais de construção da paz. É ainda introduzida uma nova perspetiva da crítica militar - género e militarismo. De igual modo, veio também introduzir uma crítica ao discurso, uma vez que a linguagem utilizada integra uma forte componente machista.

O feminismo vem, com efeito, ainda ajudar ao surgimento de um conjunto alternativo de ideias éticas e à introdução de uma diferenciação dos efeitos dos conflitos e dos processos de paz em homens e mulheres, salientando a marginalização das mulheres na resolução de conflitos e nos processos de paz (John, 2006: 139-140).

Moolakkattu John (2006) realça ainda neste âmbito a importância do triplo papel da mulher, centrado nos seguintes aspetos: reprodução, produção e gestão da comunidade, entendendo também que a educação para a paz consiste num processo de socialização, onde o conhecimento, a atuação individual e criatividade são essenciais para a construção de uma ordem social justa e pacífica. Com estas preocupações, o autor demonstra a vontade de que a agenda feminista inclua a educação para a paz, com vista a poder alterar o paradigma existente, no sentido de que passaria a olhar-se para o poder como uma competência, opção por métodos de resolução de conflitos não violentos e desenvolvimento da autoconfiança de cada um (John, 2006: 142-145). Concordando com a ideia de Bernice Carrol (1972) de que o ‘*power over*’ (ou seja, o domínio, a superioridade, a influência pela autoridade) constitui uma forma de violência estrutural como sejam os exemplos do patriarcado, do imperialismo, do colonialismo e vários outros tipos de exploração, a autora revela-nos que o poder terá de ser visto como uma competência, usando como exemplos “o poder de fazer coisas”¹¹, “o poder de servir as pessoas”¹², o poder de resistir não violentamente a leis imorais¹³ e “o poder de recorrer à persuasão para

¹¹ Tradução livre do autor, no original “the power to do things”.

¹² Tradução livre do autor, no original “to serve people”.

¹³ Tradução livre do autor, no original “to resist imoral law non-violently”.

influenciar o outro”¹⁴. Seria a verdadeira ‘reconceptualização da paz’ feminista, na medida em que exige uma crítica cultural ao militarismo, bem como a desconstrução de uma estratégia de pensamento (John, 2006: 142-145).

Um outro conceito que importa aqui abordar é o de segurança. Segundo Stern e Nystrand (2006), este conceito constitui também um elemento de ligação entre género e conflitos armados, pelo facto de estas autoras entenderem que a segurança deve ser promovida pelos Estados. Com o decorrer dos tempos, o conceito de segurança foi evoluindo, de tal forma que o elemento central do conceito deixou de ser o Estado, para passar a ser o indivíduo. Hoje quando se fala em segurança, de imediato se raciocina em termos de segurança humana, de tal forma que o conceito foi adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Considerando que na crítica feminista o termo ‘humano’ do conceito se refere tradicionalmente apenas ao lado masculino, as autoras Stern e Nystrand (2006) pretendem salientar que, quando se fala em segurança deverá ter-se também em conta as ameaças às mulheres e a dimensão de género, uma vez que só assim se consegue abranger questões como identidade, poder e localização (Stern e Nystrand, 2006: 38-40). Ainda relativamente à segurança, podemos afirmar que se verificou uma ‘reconceptualização’ do termo, na medida em que os estudos feministas vieram destacar alguns critérios relevantes que o conceito omitia, tais como a inexistência e irrelevância das mulheres nas políticas internacionais de segurança; a falta de proteção conferida pelos Estados às mulheres, em tempo de guerra e em tempo de paz; a contestação do discurso que liga instintivamente as mulheres à paz;

¹⁴ Tradução livre do autor, no original “resort to the persuasivemodes of influencing people”.

identificação de certos conceitos ‘masculinos’ que explicam a segurança, como por exemplo, ‘bom soldado’. Seguindo a teoria de Ann Tickner (2001) de que os estudos feministas têm uma abordagem *bottom-up*, o que constitui uma mais-valia nestas análises, porquanto incluem relevantes peças do puzzle normalmente deixadas de lado nas análises mais clássicas, considera-se que a dimensão do género traz ao debate uma perspetiva mais integrada e completa da sociedade e dos indivíduos que a integram (John, 2006: 146-148; Tickner 2001:48-49).

Outra questão bem presente nesta discussão e, por isso, pertinente de se realçar, prende-se com a relação entre género e militarização. No seguimento do que Cynthia Enloe (1988) preconizou, consideramos que a dimensão de género nos permite observar que os homens são bastante cautelosos neste domínio, com receio de poder perder a imagem de masculinidade que entendem ser necessária nas questões militares. A autora também nos revela, e com ela se concorda, que existe uma atuação subjacente à ideologia de patriarcado, perceptível através de uma análise de género. Ou seja, através da dimensão de género conseguimos verificar a presença vincada do patriarcado e do sexismo no domínio militar à qual se associa a subjugação feminina presente e patente nas questões da militarização. No entanto, os estudos feministas sobre a dimensão de género criticam esta realidade, tentando construir a sua crítica assente na igualdade de género (Enloe 1988: 208-209). Ainda de destacar neste âmbito, está a importância que os estudos feministas atribuem à questão do género enquanto categoria no discurso nacionalista e na identidade política. Como diria Rubina Saigol, “*women’s bodies become arenas of struggle*” (Saigol, s.d.), referindo-se à violência normalmente perpetrada contra as mulheres

em situações de conflito violento e armado e a forma como são muitas vezes usadas como arma de guerra. Tal violência consubstancia-se numa humilhação para aquela comunidade, para aqueles homens, sabendo o beligerante adversário que é mais eficaz atacar uma mulher do que determinados alvos no conflito (John, 2006: 149).

Também ao nível do discurso podemos encontrar importantes contributos de uma dimensão de género nos Estudos da paz. Segundo Brock-Utne (1989), o discurso feminino caracteriza-se por ser mais cooperativo, criativo e de mais partilha pessoal, enquanto o conjunto de discursos masculinos acaba sempre por ser mais competitivo e aniquilador do adversário. Ora com a caracterização de Brock-Utne (1989: 64), é possível entender uma dimensão de género como sendo mais eficaz e assertiva, pois o pensamento feminino inevitavelmente relaciona-se com as preocupações do outro, normalmente subjugado ou relegado para um segundo plano nas prioridades em contexto de conflito ou pós-conflito. Todavia, não podemos confundir pensamento feminista com pensamento maternal, porquanto o pensamento maternal nada mais é do que uma construção social, não sendo uma característica biológica inerente às mulheres.

Ao contrário, a crítica feminista defende igualdade ao nível das questões de género. Ou seja, para a construção social e emocional completa de uma criança são necessários iguais contributos de homens e mulheres com todas as suas virtudes e defeitos. De igual modo, também no âmbito da “*wartime rhetoric*” a crítica feminista tem um contributo a dar. Assim, entendem as feministas que subjacente ao discurso associado ao belicismo deve estar a ideia de ‘guerra justa’, uma vez que segundo a

sua análise, há tendência para odiarmos indefinida e indiscriminadamente o inimigo e essa propensão tende a ser vista como a atuação própria de um ‘bom cidadão’. Moolakkattu John (2006) explica-nos então que esta visão é necessária quer para os soldados, quer mesmo para a restante sociedade, por forma a rapidamente se conseguir desconstruir a retórica de guerra. Mas este autor vai mais além, ao afirmar que quando se fala de situações que não impliquem violência, ainda assim o enfoque é dado ao teor mais estratégico do termo, ou seja, o que interessa quando se abordam estes temas, ainda de que de um ponto de vista mais pacífico, é efetivamente atentar na parte estratégica do discurso. Ora com esta análise, Moolakkattu John (2006) conclui que a conceção de estratégia é uma conceção masculina, devendo por isso ocorrer mudanças que se afastem deste pensamento estratégico neste âmbito, especificando mesmo que deve subverter-se o sentido atribuído à ideia de estratégia (John, 2006: 150-156).

Um último aspeto, mas de extrema relevância, é a assunção atual de que homens e mulheres sofrem efeitos distintos nos conflitos armados. Abordámos já aqui a violência praticada contra as mulheres para ferir o orgulho de uma comunidade e para sua humilhação. Mas é importante analisar também o que acontece às mulheres depois de um conflito terminar, a ser analisado mais adiante e de uma forma mais concreta. No pós-conflito as mulheres tendem a regredir significativamente nas suas condições de vida, por variadíssimas razões, das quais se destaca o facto de serem frequentemente excluídas dos processos de paz. É aqui que a crítica feminista e o seu contributo teórico se tornam importantes e distintos, na medida em que advogam a centralidade das mulheres nos processos de (re)construção da paz (John, 2006: 156).

ENVOLVIMENTO DAS MULHERES NOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ

No quadro dos processos e estratégias dominantes de (re)construção da paz, as atividades mais comumente desenvolvidas pelas mulheres nas dinâmicas de conflito são essencialmente as que se relacionam com construção da paz, trabalho em equipa, recolha e tratamento de informação e pequenas missões de desarmamento (Stern e Nystrand, 2006: 91). Sabemos já que as mulheres constituem um grupo vulnerável durante os conflitos armados. Contudo, importa também aferir em que medida são afetadas no período pós-conflito e de que modo são ou não envolvidas nos processos de paz. Os contextos culturais onde vivem, o que passam durante o conflito, o refazer a sua vida depois do conflito são circunstâncias particularmente difíceis para estas mulheres. O problema reside no facto de as mulheres continuarem a ser ignoradas e marginalizadas. Com estes factos percebemos que às mulheres, quer ao nível social quer ao nível individual, quando o conflito termina, é-lhes atribuído um papel secundário, relativamente aos homens, embora tenham sido afetadas igualmente pelo conflito. A este respeito, Pankhurst (2007) vem dizer-nos que várias iniciativas têm vindo a ser levadas a cabo por vários atores internacionais, com vista a minorar estes efeitos, nomeadamente por via da consagração de direitos das mulheres, da identificação da violação sexual como crime de guerra, da facilitação do acesso aos meios legais de proteção, entre outros (Pankhurst 2007:11). A autora mostra ainda que existe já uma vasta jurisprudência internacional que tem vindo a considerar a violação como crime de guerra, crime contra a humanidade e como integrando um dos elementos consubstanciados do crime de genocídio. Ainda

a este respeito, os Estados – garante da segurança das pessoas – tendem a instrumentalizar o controlo sobre a sexualidade feminina, não atuando eficazmente na proteção que lhe é devida, impondo restrições várias – movimentos, acesso a habitação, a educação, aos empregos e à propriedade -, quer a nível legal, quer a nível social, ignorando as necessidades específicas, nomeadamente em termos de acesso a cuidados de saúde. Também nestes contextos, as mulheres têm tendencialmente, menos acesso à participação política do seu país, no período pós-conflito (Pankhurst 2007:11).

As questões relacionadas com os processos de paz, que envolvem ações como negociações, diplomacia, mediação, são normalmente consideradas como pertencendo ao domínio político e portanto, predominantemente ao domínio masculino. Ora, vimos já que não há igualdade de género no domínio da política entre homens e mulheres, porquanto as mulheres são excluídas, afastadas e ignoradas nesta área (como noutras), nomeadamente em contextos culturais específicos, como é o caso do Afeganistão que vamos analisar em seguida. Ou seja, quer com isto dizer-se que a participação feminina no contexto político de um país em situação de (re)construção da paz não é priorizado, embora esta participação e envolvimento sejam protegidos e encorajados pelos atores internacionais. Porém na prática, no dia-a-dia, ela não acontece, não sendo sequer, para a maioria dos intervenientes nestas lides, um problema a equacionar. Contudo Jack (2000), no seu artigo, revela-nos que ao contrário do que é defendido por esta posição, a garantia da igualdade de género na participação e envolvimento político a este nível revela-se facilitadora do alcance do sucesso pretendido, esclarecendo também que por igualdade de género não se

quer aqui significar a exclusão masculina, antes a inclusão das mulheres na discussão e solução destas questões (Jack 2000: 31-35). A igualdade de género no seio das instituições governamentais e não governamentais, nomeadamente as mais diretamente implicadas nos processos de paz e de (re)construção pós-conflito, não é ainda uma realidade, tornando-se um enorme desafio quer teórico quer prático. Já existem algumas atuações no sentido de integrar a igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres, garantindo a dimensão de género, como é o caso de organizações como o Fundo para o desenvolvimento das mulheres das Nações Unidas (UNIFEM), o Departamento para o desenvolvimento internacional (DFID), a Agência Canadiana para o Desenvolvimento Internacional (CIDA), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Ainda assim, a dimensão do género inclui mais do que atentar nas necessidades imediatas e básicas das mulheres. É necessário o envolvimento e a integração de mulheres ao nível da tomada de decisões e de liderança (Jack, 2000: 26).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, podemos concluir que os estudos feministas, contributo ainda muito recente no âmbito dos Estudos para a Paz, constituem uma corrente inovadora que vem complementar e dinamizar a análise, estudo e compreensão da questão do género na doutrina das Relações Internacionais, nomeadamente no que diz respeito à questão da paz e dos conflitos. O facto de serem constituídos por uma diversidade de posições, tendo como ponto comum a crítica às teorias clássicas das Relações Internacionais, veio possibilitar que se constituam numa verdadeira ‘avenida de

comunicação’, designadamente na questão do género. Este objeto de interesse e investigação dos estudos feministas, foi pela primeira vez plasmado, como vimos anteriormente, na Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, na qual se consagrou a necessidade do envolvimento das mulheres nos processos de paz, a dimensão de género nas missões de *peacebuilding* entra definitivamente para a agenda internacional, sendo motivo de inúmeros debates, fóruns, iniciativas, diplomas, com vista à garantia de que a missão de fortalecer e solidificar a paz é alcançada. Ou seja, é assumido na cena internacional que, para a comunidade internacional poder eficazmente auxiliar um país fragilizado em virtude de ter acabado de sair de uma situação de conflito é necessário que se unam esforços, que só poderão ser plenos no alcance do seu objetivo se congregarem a dimensão da igualdade de género, uma vez que só desta forma se garantirá que estão asseguradas todas as necessidades da sociedade que se vai ajudar.

Embora esta seja uma realidade amplamente reconhecida, facto é que a inclusão de mulheres nos processos de (re)construção de paz nem sempre é a desejada. Por isso, nos próximos capítulos, será feita uma análise para esclarecer de que forma é que ela se efetiva, analisando o caso do Afeganistão, para tentar perceber qual é realmente o envolvimento das mulheres nos processos de (re)construção de paz.

CAPÍTULO II - A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES: O ENVOLVIMENTO EXTERNO NO AFGANISTÃO

Após o enquadramento teórico-conceitual que acabámos de expor e com o qual se pretendeu enquadrar o tema em análise, importa agora analisar especificamente o envolvimento externo de mulheres nas questões de *peacebuilding* no Afeganistão. Desta forma perceberemos melhor a que nível atuam, qual o empenhamento que têm nos processos de (re)construção de paz de um país, em especial no caso do Afeganistão, que tarefas desempenham e que contributo tem esse seu envolvimento no sucesso ou insucesso dos processos e estratégias de paz implementadas em cenários de pós-conflito violento.

Iniciaremos este capítulo olhando especificamente para o envolvimento das mulheres civis estrangeiras no Afeganistão. Ou seja, olharemos para quem são os atores internacionais, governamentais e não-governamentais presentes no Afeganistão, com vista à ajuda externa de (re) construção daquele país, que tipo de auxílio prestam e qual o impacto desse auxílio. Em particular, interessa-nos perceber qual a dimensão de género deste envolvimento externo. De seguida, atentaremos nas mulheres presentes nas organizações internacionais, governamentais e não-governamentais que atuam no país, percebendo de que forma se efetuam esse envolvimento, qual o seu impacto e envolvimento ao nível da tomada de decisões nos processos de (re) construção de um país na fase de pós-conflito. Por fim, atentaremos no envolvimento externo das mulheres nas forças armadas e de segurança a atuar naquele território, designadamente tentando espelhar a importância dessa presença, que contributo tal

envolvimento possibilita às missões de *peacebuilding*, qual o nível de envolvimento bem como que funções desempenham e seu contributo nos processos de tomada de decisão.

Os processos formais de paz incluem iniciativas como sejam a diplomacia preventiva, as negociações de paz, a reconciliação, a reconstrução de infraestruturas, o desarmamento, entre um sem número de outras ações. Estas atividades são conduzidas por líderes políticos, organizações governamentais, organizações não-governamentais. Ora, a participação e envolvimento das mulheres e a inclusão da perspectiva de género nestas ações constituem-se como um ponto fundamental para a criação de uma paz sustentável e duradoura, porquanto, só com a presença e envolvimento de todos nesta fase, homens e mulheres, poderão ser devidamente acauteladas a totalidade das preocupações e necessidades de toda a população, designadamente das mulheres, e, por conseguinte, possibilitar-lhes melhores e maiores condições para melhor participar e reconstruir o seu país (ONU 2002: 53). No âmbito das políticas e estratégias existentes quanto à dimensão de género, temos assistido a um crescente envolvimento das mulheres num variado leque de papéis, durante e após o conflito, nomeadamente como pessoal médico e administrativo, bem como têm sido envolvidas cada vez mais nos processos de observação eleitoral. No entanto, elas têm estado muito ausentes nos momentos de negociação de paz assim como nos processos de formulação política. Mas vai existindo a crescente noção da relevância do papel das mulheres nas resoluções de conflitos, bem como nos conhecimentos técnicos e capacidades que estas podem trazer ao processo de tomada de decisões (ONU 2000a).

Olhemos então para que tipo de envolvimento das mulheres civis estrangeiras se tem verificado nos processos de *peacebuilding* em geral e no Afeganistão em específico.

A RESOLUÇÃO 1325 E OUTRAS RESOLUÇÕES IMPORTANTES DA ONU

A par da resolução 1325 do CSNU, que já vimos mais pormenorizadamente no capítulo II, foram aprovadas mais três resoluções complementares – a resolução 1820, a resolução 1888 e a resolução 1889. A Resolução 1820 do CSNU, aprovada em 2008, refere-se expressamente a "mulheres, paz e segurança", tendo como principal objetivo o reforço do já consagrado pela Resolução 1325, uma vez que vem reconhecer que a violência sexual é frequentemente um fenómeno que impede a restauração da paz e segurança internacionais matéria (Governo de Portugal, 2012: 2). A Resolução 1888, adotada em (2009), vem reafirmar a importância de aumentar a representação das mulheres nos processos de mediação e de tomada de decisão relativamente à resolução de conflitos e à consolidação da paz. Fá-lo apelando a uma nova arquitetura das missões de manutenção da paz que coloque especial enfoque na proteção das mulheres e crianças, assim como vem estabelecer novas medidas no âmbito da violência sexual em situações de conflito armado, como por exemplo a nomeação de um Representante Especial e de uma equipa de peritos no recurso à violência sexual nos conflitos armados matéria (Governo de Portugal, 2012: 2). Finalmente, a Resolução 1889 do CSNU (2009) aconselha aos Estados membros da ONU e outros intervenientes a adotarem medidas adicionais com vista à melhoria da participação das mulheres durante todas as fases do processo de paz, assim como

vem pedir aos organismos da ONU e dos seus Estados membros que recolham dados sobre as necessidades específicas das mulheres em situações pós-conflito e os analisem e avaliem de forma sistemática, com vista a elaborar-se um conjunto de indicadores que permitam acompanhar a implementação da RCSNU 1325, para melhor avaliar os progressos internacionais nesta matéria (Governo de Portugal, 2012: 2).

A este respeito cumpre-nos salientar que, muitos têm sido os Estados que têm aprovado planos de ação nacional com o intuito de orientar a implementação da resolução. Assim, há já 16 países¹⁵ que implementaram estes planos de ação nacional, havendo ainda alguns que estão em fase de elaboração dos planos (Villegas 2010: 4). Entre outras questões relevantes relacionadas com a dimensão de género, a Resolução 1325, como já verificámos, refere-se especificamente ao papel que as mulheres podem desempenhar nos processos de *peacebuilding*. Sugerem-se uma série de medidas com vista ao alcance dos objetivos mencionados. Assim, nela podem ler-se, designadamente, medidas como a de solicitar ao Secretário-Geral, aos Estados-Membros e aos demais atores envolvidos nas negociações de paz a inclusão da perspectiva de género nos acordos de paz e a garantia de aumento da representação das mulheres em todas as esferas da construção da paz (incluindo a prevenção, gestão e resolução de conflitos); expressa a vontade do Conselho de Segurança de incorporar a perspectiva de género nas operações de paz, incentivando que os Estados se preocupem com a formação e a proteção das mulheres; e também incentivado o respeito pelo direito internacional, bem como a adoção de medidas que impeçam a

¹⁵ Os 16 países que já implementaram os seus planos nacionais são: Áustria, Bélgica, Chile, Costa do Marfim, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Holanda, Islândia, Libéria, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Uganda

impunidade; é realçada a necessidade de serem elaborados estudos e relatórios frequentemente que reflitam a realidade do impacto dos conflitos sobre as mulheres, bem como papel destas na construção da paz (Villemas 2010: 2-3).

Em simultâneo com as medidas acabadas de referir incluídas nesta Resolução 1325 do CSNU, temos assistido ao trabalho de atores internacionais como a UNIFEM e a UNFPA, que têm vindo a dar o seu apoio direto na implementação da Resolução 1325, orientando a comunidade internacional para a participação efetiva das mulheres em todos processos de paz. O trabalho destas duas organizações tem-se centrado, essencialmente, na necessidade de apoiar as mulheres na participação nos processos de paz, nas negociações, promoção e inclusão da perspectiva de género nos acordos de paz, e bem assim na efetiva implementação desses acordos. Além do mais, a UNIFEM têm vindo a publicar, com regularidade, manuais e estudos como o "*Women at the Peace Table: Making a Difference*" (2000) – cujo enfoque é dado à análise da participação das mulheres nos processos de paz -, o "*Getting It Right, Doing It Right: Gender and Disarmament, Demobilisation and Reintegration*" – acerca da integração da perspectiva de género nos processos de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de combatentes; ou ainda, em 2004, "*Women, Peace and Security: UNIFEM Supporting Implementation of Security Council Resolution 1325*" - sobre o trabalho e empenho desta agência das Nações Unidas na implementação da resolução, que em muito têm auxiliado nos problemas existentes, assim como apresentação lições aprendidas para que se possa melhorar a sua implementação (Villemas 2010: 6).

Ainda sobre a implementação da Resolução 1325, a União Europeia (UE), por seu lado, elaborou uma proposta – “*Comprehensive Approach to EU Implementation of UN Security Council Resolution 1325 and 1820 Women, Peace and Security*”, que veio a ser adotada pelo Conselho, em dezembro de 2008, na qual se propõe uma abordagem global. Ou seja, com esta abordagem, pretende-se intervir nas questões de géneros no âmbito da construção de paz através de três áreas chave: o diálogo político, a gestão de crises e a definição de estratégias específicas para proteger e dar poder às mulheres.

A dimensão de género tem vindo a assumir uma importância crescente, pois é ainda um facto que o envolvimento ativo de mulheres no desempenho de cargos de decisão, nomeadamente de tomada de decisão no âmbito dos processos de construção de paz, constitui ainda uma franca minoria. Tal perpetua a discriminação da igualdade de género e faz com que corramos o risco da exclusão desta dimensão nas diferentes esferas da vida política e pública de um país, nomeadamente países que se encontram em processos de (re)construção da paz. Também no campo da segurança – um campo tradicional e historicamente masculinizado como vimos no enquadramento teórico – há ainda uma clara discriminação do papel da mulher. Também se verifica que nos diversos fóruns e iniciativas referentes à dimensão de género, participa um diminuto número de homens. Ora, em resultado desta realidade, constata-se que é ainda patente a falta de igualdade de género na aplicação da resolução 1325, que se efetua quase exclusivamente por mulheres. Tudo isto vem reforçar o círculo vicioso, no qual não contamos ainda com o contributo de toda a sociedade na tomada de decisões sobre questões de paz e segurança, especificamente sendo diminuta a

participação das mulheres, bem como, se verifica fraca participação de homens nos fóruns de aplicação e discussão da Resolução 1325. É, por isso, preciso envolver também mais homens na questão da promoção da igualdade de gênero, por forma a multiplicar os esforços [sustentáveis] de paz (Villemas 2010: 11). Mas para além desta resolução, existem vários outros documentos e resoluções de nível internacional, que têm como principal objetivo da promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres na política externa. Documentos como a "Comunicação da Comissão Roteiro para a Igualdade de Género (2006), o "Conceito da UE para o apoio ao DDR" (2006), "Implementação da Resolução 1325, reforçada pela Resolução 1820 no contexto da PESA "(2008), na PESA, o Conselho aprovou um documento com recomendações para a inclusão da perspectiva de género em todas as fases de missões de paz (Villemas 2010: 6).

Em 2005, foi realizada uma conferência - "*Women mediations: A peace practice*" -, onde se analisou de que forma se têm envolvido as mulheres e participado nos processos de paz. Nestas conferências têm participado mulheres diretamente envolvidas nos processos de negociação de paz na África do Sul, Sri Lanka, Guatemala e Irlanda do Norte, bem como representantes da UNIFEM e ativistas da Palestina, Israel, Irlanda do Norte, Afeganistão, Iraque, Guatemala, Estados Unidos, Sérvia, Bósnia e Herzegovina, ou Sahara Ocidental. Estes fóruns de discussão e análise têm ainda contado com a participação de algumas das principais analistas internacionais e em muito têm ajudado na compreensão real do problema, assim como facilitado o surgimento e sugestão de medidas mais adequadas para que o envolvimento das mulheres nos processos de paz seja melhor e maior (Villemas

2010: 8-9).¹⁶ Sabemos, porém, que em algumas circunstâncias, a invocação das questões de género tem-se afastado do seu verdadeiro espírito – o da resolução 1325. Tal tem vindo a acontecer para justificar certas ações internacionais distantes da verdadeira essência da dimensão do género nos processos de construção da paz. Na verdade, é necessária uma verdadeira integração dos princípios e do espírito da Resolução 1325, sendo por isso necessário efetivar e implementar as medidas nela contidas e espelhadas. Além desta falta de adoção efetiva de medidas específicas que possam trazer a introdução de políticas públicas visando o seu cumprimento, verificamos que uma das principais queixas das organizações, que têm vindo a acompanhar este processo de implementação, tem sido a inexistência virtual de acompanhamento e mecanismos de avaliação, o que torna difícil a supervisão externa do nível de cumprimento dos compromissos assumidos pelos governos, pelas Nações Unidas e outras instituições envolvidas nos compromissos acordados. De igual modo, esta falta de mecanismos de controlo, dificulta a prestação de contas destas instituições e, conseqüentemente, dificulta a existência de uma real noção da efetiva implementação da Resolução 1325. A este respeito, podemos ainda acrescentar que alguns dos países que já elaboraram os planos de ação nacional de implementação da Resolução 1325 – como a Áustria, Uganda e Libéria – incluíram neles indicadores de responsabilização nas esferas de participação das mulheres nos processos de paz, a

¹⁶ Também Portugal tem envidado esforços para a implementação da Resolução 1325 do CSNU. Nesse sentido através da aprovação da Resolução do Conselho de Ministros nº 71/2009, de 25 de agosto de 2009, Portugal adotou uma série de medidas com vista à implementação da referida Resolução, que evidencia de forma inequívoca a igualdade de género e o papel da cidadania em todas as fases do processo de construção de paz, lançando uma nova perspetiva sobre as mulheres. Sendo um Plano Nacional considerado como o mecanismo eficaz para traduzir os objetivos e preocupações vertidas na Resolução do CSNU 1325, Portugal em meados de 2009 lançou mão deste mecanismo com o objetivo de implementar, acompanhar e avaliar os objetivos e as medidas nele apresentadas. Uma das maiores preocupações do Plano Nacional prende-se com implementação nacional, europeia e internacional no âmbito da dimensão de cooperação para o desenvolvimento. (CIG 2009: 3).

prevenção, proteção e perseguição sexual violência e à promoção dos direitos das mulheres e jovens raparigas. Tal inclusão poderá servir como ponto de partida e de referência, com vista ao estabelecimento de mecanismos de supervisão e avaliação de outros países eficazes e fiáveis (Villegas 2010: 10). Verifica-se então que, dos resultados já conhecidos referentes ao envolvimento das mulheres nos processos informais de construção de paz, elas são ainda muitas vezes excluídas dos processos formais de paz, não sendo representadas entre os decisores políticos e os líderes militares, ficando assim prejudicada a dimensão de género nestes processos (ONU 2002: 58-59).

Embora tenhamos já identificado algumas dificuldades, fato é que as mulheres têm vindo a ser envolvidas nos processos de construção de paz, quer a nível local, quer regional, quer mesmo internacional. Por exemplo, o Women's Peacemaker Programme of the International Fellowship of Reconciliation¹⁷ veio permitir que mulheres com experiências de envolvimento em diversos conflitos pudessem discutir e partilhar problemas e encontrar soluções que as ajudem a melhor compreender a resolução de conflitos e a paz. O African Women's Committee on Peace and Development¹⁸, criado em 1999, em conjugação com o Femmes Africa Solidarité¹⁹

¹⁷ Fundada em 1997, tem como principal objetivo apoiar e capacitar mulheres ativistas de paz, defendendo a integração da dimensão de género nos processos de construção da paz. A sua ação centra-se na formação e educação, no estabelecimento de redes de partilha de experiências e conhecimentos, bem como uma série de iniciativas com vista à efetiva aplicação das Resoluções CSNU 1325, 1820, 1888 e 1889 (WWP 2012).

¹⁸ Este Comité tem vindo a contribuir para o reconhecimento de uma paz sustentável, permitindo às mulheres africanas disporem de um plataforma onde podem expressar e discutir as suas preocupações relativamente à promoção e desenvolvimento africanos. A sua originalidade assenta no facto de ser composto por 16 membros, dos quais uns são nomeados pelo governo e outros membros serem selecionados de ONGs africanas (AWCPD 2012).

¹⁹ Criada em Dezembro de 1996, esta ONG tem como intuito divulgar e promover o papel das mulheres africanas na vida política daquele continente, bem como a proteção dos direitos das mulheres e a prossecução de uma paz duradoura. Para tal, criaram uma série de iniciativas para a promoção e desenvolvimento de programas que visam a prevenção, gestão e resolução de conflitos, a

vieram possibilitar e promover a resolução de conflitos em vários países africanos, assim como, a Mano River Women's Peace Network²⁰, que atuam na Guiné, Serra Leoa e Libéria (ONU 2002: 57).

A ONU E AS SUAS AGÊNCIAS

Embora a prevenção de conflitos caiba essencialmente na esfera dos respetivos governos, a ONU e outros atores internacionais desempenham nesta área um importante papel. Porém, também elas têm descurado de certa forma a questão da inclusão da dimensão de género nas suas ações. Assim, entendemos que é determinante possuir um conhecimento pormenorizado da sociedade em que se vai atuar, designadamente, quanto aos papéis que homens e mulheres desempenham no seu país, sempre conjugado com o rigoroso conhecimento dos usos, costumes e tradições daquele povo. Neste sentido, o Secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, afirmou que é elementar que haja o reforço do Estado de Direito e dentro deste a proteção e promoção dos direitos humanos, em especial, dos direitos humanos das mulheres, alcançáveis através de reformas constitucionais, legislativas, judiciais e eleitorais (ONU 2002: 59).

É, portanto, notório que as mulheres, embora já envolvidas nestes processos de alguma forma, continuam sub-representadas quer enquanto representantes locais,

proteção dos direitos das mulheres em África e o reforço da capacidade de liderança das mulheres (FAS 2012).

²⁰ Com objetivo de alcançar a paz duradoura na sub-região do Rio Mano, que constitui o caminho para a consciencialização da dimensão de género e do desenvolvimento sustentável, foi criada esta rede, cuja primeira assembleia aconteceu em junho de 2001, que possibilita uma melhor compreensão sobre o estabelecimento da paz e da segurança e permite o reforço da participação das mulheres na prevenção e gestão de conflitos, bem como na (re) construção da paz (MRWPN 2012).

quer atuando nas organizações internacionais que supervisionam ou medeiam as negociações de paz. Assim, também as suas preocupações mais prementes relacionadas com a reconstrução do seu país, a nível político, social e civil, não são tratadas de forma conveniente, pois nem sempre são ouvidas as suas preocupações – que são transversais a toda a sociedade – e as suas eventuais sugestões de resolução das mesmas, porque nem sempre chegam à mesa de negociações (ONU 2002: 61-62). Como vamos analisar mais detalhadamente no capítulo que se segue no caso específico do envolvimento das mulheres afegãs, a ONU conseguiu unir esforços para que a inclusão de mulheres nas negociações de paz fosse possível e uma realidade. Assim, em dois dos quatro partidos afegãos, há mulheres de pleno (ou quase pleno) direito, pois, como veremos, embora no plano teórico as mulheres detenham já todos os direitos de qualquer militante partidário daquele país, a verdade é que a realidade revela-nos algo diferente. De igual modo, e em virtude a inclusão de mulheres na vida ativa política do Afeganistão estar previsto no acordo de Bona, aquele país pôde contar com uma ministra dos assuntos das mulheres²¹ e uma ministra da saúde²², no seu governo provisório. Além disso, foi criada a Comissão de Direitos Humanos afegão, cuja presidência é também de uma mulher, Sima Samar. É por isso de crer que a intervenção e pressão dos atores internacionais em muito contribuiu para a sua efetivação, sendo que para o alcance destes resultados foi fundamental o papel desenvolvido pela UNAMA, que em cooperação com o Ministério dos Assuntos da Mulher Afegão formou, apoiou e capacitou aquelas mulheres para o desempenho das suas funções (ONU 2002: 64).

²¹ Massouda Jalal foi Ministra dos Assuntos da Mulher Afegã entre 2004 e 2006, atualmente a Ministra dos Assuntos da Mulher afegã é Husn Banu Ghazanfar.

²² H.E Dr. Suraya Dalil é a atual Ministra da Saúde.

O Conselho de Segurança da ONU tem vindo também a incentivar os países membros a alargarem o envolvimento e participação das mulheres na tomada de decisões e também a adotarem medidas concretas na proteção das mulheres e meninas atingidas pela violência durante os conflitos. Tal verifica-se pelo facto de o Conselho ter vindo a verificar que as mulheres continuam sub-representadas na maior parte dos processos de paz em que está direta ou indiretamente envolvida (ONU 2007). O Secretário-geral Ban Ki-moon, no âmbito de uma reunião realizada pelo Conselho de Segurança da ONU em 23 de outubro de 2007, reforçou a ideia de que o caminho para a efetiva e integral aplicação do conteúdo da resolução 1325 ainda está longe do esperado, salientando, no entanto, que há ainda um longo caminho a percorrer, incentivando e salientando a importância de assegurar a participação e envolvimento das mulheres nas questões da paz, assim como a necessidade da existência da igualdade de género neste âmbito, nomeadamente na tomada de decisões. Ban Ki-Moon reafirmou também a necessidade das posições de chefia nas operações de paz da ONU virem a ser ocupadas por mulheres, exemplificando com a nomeação de Ellen Margrethe Loj, da Dinamarca, para o cargo de representante especial para a Libéria (ONU 2007). Ainda no âmbito desta mesma reunião, o Secretário-geral Adjunto para as operações de Manutenção de Paz, Jean-Marie Guéhenno, confirmou que o ano de 2007 revelou terem-se verificado notórios avanços na inclusão de mulheres na prevenção e resolução de conflitos e na consolidação de paz, exemplificando tal facto com a eleição de 25 mulheres presidentes de câmara no Haiti (contrastando com apenas 6 que haviam sido eleitas em 2000 no mesmo país). Sublinhou também o exemplo do contingente de polícia

indiano, exclusivamente feminino, que foi enviado para a Libéria. Acrescentou ainda nesta sua intervenção que no ano de 2007 foi registado um aumento de 40% de mulheres nomeadas para cargos de responsabilidade civil (ONU 2007).

Rachel Mayanja, assessora especial do Secretário-geral para a Igualdade de Género e Promoção da Mulher veio apresentar o relatório do Secretário-geral sobre Mulheres, Paz e Segurança, no qual salientou a existência de progressos da ONU na aplicação da resolução 1325, mas apontando a necessidade de criar mecanismos de controlo da sua aplicação, nomeadamente referindo-se à violência perpetrada em mulheres e crianças durante o conflito, equacionando ainda a criação de mecanismos de responsabilização das partes envolvidas nos conflitos (ONU 2007).

Relativamente ao papel da mulher nas negociações de paz e nos processos de (re) construção da paz, bem como ao aumento do seu envolvimento nestas questões, a Sub-Secretária Geral entende que ao ter sido entregue o prémio Nobel da Paz 2011 a três mulheres quis mostrar-se que as mulheres não são apenas vítimas, mas antes são líderes da paz e da democracia. E nesse sentido, salientou ainda a implementação de medidas por parte da ONU para garantir que as mulheres são incluídas nas negociações de paz e nos processos de (re) construção de paz (UNWomen 2012c).

Nesta senda de medidas para garantir a igualdade de género e o envolvimento de mulheres nestas questões, as Nações Unidas pretendem gastar cerca de 15% do seu orçamento para recuperação pós-conflito em ações e iniciativas que garantam a participação das mulheres e bem assim estima-se que 40% dos empregos temporários

desta organização sejam ocupados por mulheres (UNWomen 2012c). Em outubro de 2011 ocorreram dois eventos muito importantes para o tema aqui em análise: o décimo primeiro aniversário da resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU e a atribuição do prémio Nobel da Paz a três mulheres diretamente envolvidas nas questões de construção de paz e de proteção dos direitos das mulheres nos seus países (as liberianas Ellen Johnson-Sirleaf e Leymah Gbowee e a iemenita Tawakkul). Nesse âmbito, em 28 de outubro de 2011 o Conselho de Segurança das Nações Unidas promoveu um debate aberto sobre o progresso e as mudanças na participação das mulheres na construção da paz. Este debate, que ocorreu em Nova Iorque, foi dirigido pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, contando com a participação de Michelle Bachelet, diretora executiva da UNWomen e Sub-Secretária Geral das Nações Unidas, Lazarous Kapambwe, Presidente do ECOSOC, Ashraf Orzala, ativista da sociedade civil afegã, bem como outros 55 Estados membros (UNWomen 2011).

Nesta ocasião, Michelle Bachelet afirmou que para que possamos observar a dimensão da igualdade de género e a igualdade de oportunidades e de envolvimento de mulheres e homens nos processos de paz é necessário o envolvimento de todos – Nações Unidas, Estados-Membros e sociedade civil (UNWomen 2011). Assim para colmatar as lacunas existentes a este nível – que ainda são muitas -, é essencial continuar a adotar medidas e envidar esforços para preencher as lacunas e ultrapassar os obstáculos. Nomeadamente, através do financiamento destas ações, do apoio aos grupos feministas da sociedade civil em transição, possibilitar o acesso de mulheres a todos os níveis de atuação (locais, regionais e internacionais), em todas as áreas e em

todos os cargos (UNWomen 2011). Para este objetivo em muito tem contribuído também o trabalho desenvolvido pelas várias agências da ONU, que têm envidado bastantes esforços com vista a incrementar e intensificar a ativa participação e envolvimento das mulheres nos processos de paz (ONU 2002: 69-70). São disso exemplo agências como a DPA, a DAW, a UNIFEM, a UNAMA, que no caso específico do Afeganistão, em paralelo com as negociações que vieram a resultar no acordo de Bona e em conjunto com diversas ONG, têm vindo a ser desenvolvidas uma série de iniciativas, como é o caso das reuniões de Bruxelas, das quais se falará mais aprofundadamente no capítulo seguinte, apenas se adiantando agora que atuaram ao nível da promoção e liderança da mulher afegã e vieram a resultar na adoção pelo Afeganistão da Convenção de Bruxelas. Numa outra iniciativa, a ONU colaborando com o Ministério dos Assuntos das Mulheres Afegãs, elaborou um plano de ação, que veio a ser adotado, que inclui as mulheres em todas as fases de envolvimento na reabilitação do seu país (ONU 2002: 69-70).

As instituições sociais e políticas são o espelho de uma sociedade, assim como são os agentes ativos na legitimação, reprodução e criação de regras sociais, sendo que esta tripla função das sociedades é mais notória quando falamos na dimensão de género. Os discursos são a essência da instituição, uma vez que refletem a sua ideologia e o seu posicionamento na sociedade, e é neles que reside a possibilidade de alteração e reformulação das instituições, pois se determinada instituição orienta o seu discurso para determinado objetivo, está, consciente ou inconscientemente, a alterar ou reformular essa sociedade. Nas instituições que temos vindo a analisar, como é o caso da ONU e algumas das suas agências, é clara a necessidade de reformular esse

discurso dominante, por forma a que o enfoque e a notoriedade devidas sejam dados à dimensão de género nos processos construção de paz. Ora se a intenção é reformular o discurso dominante no seio das questões de género, será necessário desconstruir a estrutura patriarcal e masculina existente no seio das instituições e permitir a existência de um processo de sensibilização e género. Ou seja, são necessárias mudanças significativas e profundas no seio das instituições para que se possa enfim dar visibilidade necessária às questões do género (Prazeres et al. s/d: 3). Por forma a alcançar a igualdade de género e integração da perspectiva de género, é então essencial que sejam incluídas mulheres nas instituições que atuam ao nível dos processos de construção de paz, uma vez que tal inclusão permite o equilíbrio das relações de género (Prazeres et al. s/d: 3). Embora proeminentes nas suas comunidades, as mulheres não são integradas nos partidos políticos que surgem no pós-conflito e só muito raramente são devidamente representadas nas organizações políticas e nos aparelhos de segurança do Estado.

Ainda que a Plataforma de Ação de Beijing tenha estabelecido quotas – 30% de representatividade feminina nos setores políticos dos governos –, o certo é que continua a verificar-se uma sub-representação feminina na maioria das instituições das sociedades, sobretudo, ao nível da tomada de decisões (Prazeres et al. s/d: 9). Também no que se refere à representação de mulheres em cargos e liderança e chefia das organizações internacionais, tem-se observado uma grande ausência de representatividade feminina, nomeadamente em organizações que se ocupam do problema da segurança. (Prazeres et al. s/d: 10). Por exemplo, até 2004, no Conselho de Segurança da ONU uma mulher apenas ocupava o lugar de representante ou

enviado especial, assim como apenas quatro mulheres foram até então enviadas como adjuntas em missões de paz da ONU. Até 2004, apenas em cinco das missões de paz da ONU houve pessoas a trabalhar especificamente com as questões de género (ONU, 2004). Concordamos, por isso, com a posição da UNIFEM quando afirma que as quotas por si só não são capazes de garantir a igualdade de género, acrescentando antes que estas devem ser vistas como um mecanismo temporário possibilitador de equilíbrio de género, como uma medida prática que apoia a liderança das mulheres. Porém, não devem jamais ser a substituição da estratégia de género. Ou seja, devemos conjugar a estratégia de integração da perspectiva de género com a existência de quotas, com vista a melhor atingir o objetivo de representatividade das mulheres nas organizações e aparelhos políticos e sociais (UNIFEM s/d).

De acordo com Onyejekwe, a principal razão para as mulheres virem continuamente a ser excluídas dos processos de tomada de decisão em operações de construção e (re)construção da paz prende-se com uma questão de estatuto social. De acordo com este autor, o *status social* das mulheres está sempre ligado aos papéis domésticos e conjugais, ou seja, o seu empenho e envolvimento nas questões do lar e da família. O que reflete enormes impactos nas suas vidas e na ideologia e conduz inevitavelmente à sua invisibilidade em questões da esfera política, profissional e social (Onyejekwe, 2005: 279). A reinserção social no pós-conflito constitui um processo complexo que envolve tanto a desintegração como a integração dos vários grupos sociais. Por isso, a inclusão de mulheres nos processos de construção de paz é determinante, porquanto

ao existir ela possibilita a partilha de experiências, interesses e preocupações, o que facilita a evolução e a sua visibilidade (Prazeres et al. s/d: 12).

Sabemos que em matéria de *peacebuilding*, as mulheres têm vindo a encontrar uma série de obstáculos no seu envolvimento e participação ativa nestes fóruns, nomeadamente, no que respeita à exclusão e domínio dos homens da sua participação na tomada de decisões. Contudo, existem já exemplos de iniciativas implementadas bem-sucedidas que revelam que o envolvimento das mulheres produziu vantajosas coligações, promoção das novas tecnologias e de novos métodos, combinados com abordagens mais tradicionais. Um dos principais problemas, no entanto, prende-se com a falta de financiamento para as iniciativas e organizações, sobretudo a nível local, através das quais as mulheres possam ajudar quem acabou de sair de uma situação de conflito e que nada ou quase nada tem. Ora, no Afeganistão, por exemplo, um dos locais onde este problema é mais sentido, a UNIFEM atribuiu e estabeleceu uma série de mecanismos de financiamento destas ações. Com esta medida a UNIFEM espera que seja reduzida a competição existente e que se permita que as organizações locais tenham agora acesso a fontes, capacidade para construir os seus próprios mecanismos de financiamento, através de uma rede sustentável de outros doadores, e consigam também estabelecer redes de contactos, de modo a que surja uma rede de trabalho e cooperação entre as várias organizações que trabalham para o mesmo objetivo comum (UNIFEM 2007: 3-5).

Em suma, as mulheres podem desempenhar diferentes funções nos processos de (re) construção da paz. Estas suas funções, de acordo com Schirch e com Sewak,

dividem-se em quatro grandes áreas: enquanto ativistas e defensoras da paz; como combatentes e no desempenho de missões humanitárias; como mediadoras e conselheiras; e como educadoras e diretamente empenhadas nos processos de desenvolvimento da comunidade onde estão inseridas (Schirch e Sewak, 2005:7). A este respeito, consideramos que a categorização destas funções das mulheres poderá revelar-se algo redutora. Na verdade, toda a comunidade, homens e mulheres, desenvolvem um enorme leque de funções na sociedade em que se inserem, que dependeram sempre das necessidades de cada momento que a história desse território exigir e em função das tradições e costumes próprios de cada país.

No sentido do que vem sendo dito, parece-nos pertinente relembrar as palavras de Tatiana Moura sobre o assunto:

“São vários os exemplos de mulheres que, individual ou coletivamente, contribuem para a consolidação da paz em todo o mundo. Mas são, também, frequentes as vezes em que estes esforços são subestimados, devido, em grande medida, ao seu carácter não convencional ou informal, e por serem considerados extensões naturais das suas ‘tarefas’ de reprodução, confinadas à esfera privada. Apesar de todas as recomendações, declarações e compromissos assumidos em particular pelas Nações Unidas ao longo dos últimos anos, existe ainda um grande fosso entre a retórica e a prática no que diz respeito à consolidação da paz e reconstrução das prioridades do pós-guerra.” (Moura 2005: 2)

A autora refere-se claramente à participação das mulheres na (re) construção da paz, em diversas situações em que as populações são chamadas a contribuir para a paz duradoura e o desenvolvimento sustentável do seu território. Ora, parece claro que é um facto que homens e mulheres contribuam para o bem-estar da sociedade em que se inserem. Contudo, sabemos também que nem sempre observamos a igualdade de

gênero, quer no que se refere ao à possibilidade de participação, quer no reconhecimento feito do contributo prestado por toda a população de um território. No entanto, embora saibamos que entre o plano teórico e o plano prático exista ainda uma enorme diferença, não obstante as inúmeras iniciativas dos atores internacionais, governamentais e não-governamentais, as mentalidades começam a alterar-se, lentamente, mas começa a verificar-se.

Ao nível do *peacebuilding*, embora a inclusão de mulheres neste tipo de processos tenha vindo a ser afirmada ao longo dos tempos em documentos como a Carta da ONU, a Plataforma de Ação de Pequim, o ECOSOC, entre outros, o certo é que até 1989 apenas 0,1 por cento de militares da ONU no terreno dos teatros de operações em que atuaram foram mulheres. E apesar de ter havido uma recomendação do Secretário-Geral da ONU em 1996, para que até ao ano de 2000 as mulheres passassem a representar 50 por cento, apenas 3 por cento foram atingidos (Rehn 2002: 64). O apoio da UNIFEM/UNWOMEN tem sido também um enorme avanço nesta matéria. Esta agência atua ao nível do aconselhamento jurídico, do apoio na formação de delegações de mulheres que pretendem consagrar a igualdade de género. O auxílio desta agência têm-se centrado também no que respeita ao desenvolvimento das competências e capacidades das mulheres, na formação sobre atos eleitorais, sobre os direitos de votos das mulheres, na promoção de fóruns de debate e até mesmo na revisão de questões jurídicas de direito da família, como é o exemplo do que aconteceu no Afeganistão (UNIFEM 2005).

De acordo com um estudo norte-americano quando as negociações dos acordos de paz incluem mulheres, estas negociações contém um campo mais alargado e completo, tanto das de necessidades levadas para a discussão, assim como acabam por ser mais críticas da situação real que estão a analisar, constituindo assim mais-valia para se alcançar mais consistentemente o objetivo final – uma paz duradoura e estável. Como exemplo desta situação, este estudo aponta o caso da Irlanda do Norte e da África do Sul. Acrescenta-se ainda neste documento que, mesmo em situações em que as negociações de paz não conseguiram atingir o seu fim, o facto de terem sido incluídas mulheres nos processos de negociação revelou-se satisfatório, pois estas mulheres conseguiram influenciar positivamente a promoção da segurança e estabilidade, como é o caso do Uganda (2006) e do Darfur (2005) (The White House, 2011: 2-3). Considerando que os EUA defendem que a inclusão de políticas de género, que possibilitam igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres, o Departamento de Estado dos EUA e a Agência Americana para o Desenvolvimento (USAID), ao abrigo do programa de diplomacia e desenvolvimento de 2010 têm vindo a implementar uma série de medidas com vista ao apoio de mulheres no âmbito da política externa daquele país nos domínios da política, desenvolvimento, planeamento, entre outros. Também ao nível da defesa tem-se verificado um aumento das preocupações com a igualdade de género, resultando num maior envolvimento de mulheres nas forças armadas americanas. Além de estarem a ser admitidas mais mulheres nas forças armadas americanas, dentro das próprias políticas de defesa há uma maior incidência na questão da dimensão de género. Exemplo disso são os esforços de integração das mulheres na ISAF, de instituição de assessores para que os comandantes possam melhor conhecer

os efeitos das ações militares junto das mulheres locais afegãs. Além do corpo especial constituído apenas por mulheres, que abordaremos na secção seguinte (The White House, 2011: 4).

Analisando a declaração da Sub Secretária- Geral da ONU e diretora executiva da UNWomen, Michelle Bachelet, no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre as Mulheres Paz e Segurança, de 24 de Abril de 2012, podemos salientar que, no que se refere ao envolvimento das mulheres na resolução de conflitos, desde o início de 2011 se verifica um trabalho conjunto entre a UN Women e o Departamento de Assuntos Políticos. Neste sentido, tem vindo a ser adotada uma estratégia conjunta sobre a dimensão de género e mediação, com o intuito de dotar as equipas de mediação, negociação e observação de maiores conhecimentos e capacidades, assim como para aumentar o número de mulheres incluídas nestas equipas, que atuam no âmbito dos processos de paz geridos pelas Nações Unidas (UNWOMEN 2012a). De acordo como dados apresentados, o Departamento de Assuntos Políticos da ONU registou um aumento de 36% nas mulheres candidatas a estas equipas. Dando também conta de que mais de 200 mulheres líderes da África Ocidental, Balcãs, Ásia central e do Sul, foram formadas em 2011 ao abrigo destes programas, havendo já registos de resultados positivos no caso da África Ocidental (UNWOMEN 2012a). A ONU assume que foram feitos esforços efetivos com vista a integrar mulheres na conferência de Bona sobre o Afeganistão, salientando no entanto estar consciente dos obstáculos que ainda têm de enfrentar naquele território e incentivando para a necessidade de continuar a estimular os Estados-Membros a envolver mulheres nestes processos. Neste âmbito, foi recomendado ao Conselho que continuasse a

apoiar o aumento da participação de mulheres em cargos de liderança, assim como nos processos de tomada de decisão e nas missões da ONU, reafirmando que o envolvimento de mulheres nas instituições políticas, legislativas, judiciais e de segurança constituem um importante fator para a promoção de transições pacíficas e de paz duradoura e estável (UNWOMEN 2012a).

Durante a sessão de 20 de abril de 2012 do CSNU, referiu-se, entre outros assuntos relacionados com a dimensão de género, à participação política das mulheres. Segundo a Sub- Secretária Geral, a participação das mulheres na política e nos assuntos económicos reforça os seus direitos civis, políticos e económicos, além de fortalecer a democracia, a economia e a sustentabilidade. Neste contexto, afirmou-se também que esta realidade está ainda muito longe do desejável, apresentando dados de fevereiro de 2012, os quais mostram que de 193 países, apenas em 17 os chefes de estado ou do governo são mulheres. No entanto, estes factos são apresentados como uma melhoria, porquanto em 2005 apenas 5 países possuíam mulheres nestes cargos de liderança. Verifica-se ainda que, apenas 17% dos ministros são mulheres, o que também representa um ligeiro aumento, uma vez que em 2005 eram apenas 14%. Embora tímidos, estes resultados vão revelando um maior envolvimento das mulheres, tendo-se atingido este ano o número de 30 países cujos 30% dos parlamentares são femininos, e atingindo-se assim um dos objetivos da plataforma de ação de Pequim (UNWOMEN 2012b). Por ocasião do primeiro aniversário da UNWomen, a sua diretora executiva referiu que um dos seus objetivos está já a ter resultados positivos, designadamente no aumento da participação política das mulheres e nos cargos de liderança, voltando a reforçar a importância da participação

plena de homens e mulheres na esfera política, com vista à democracia e à Justiça. Assim, no ano de 2011 a UNWomen apoiou mais de 25 países, através de uma série de medidas com vista ao aumento do direito de voto e do direito a ser eleito das mulheres. Ainda nos objetivos de 2012 constam ações que visam o trabalho em coordenação com governos, por forma a incluir no plano jurídico de cerca de 50 países a dimensão de género; ações de formação em cerca de 40 países com vista à promoção da participação política das mulheres; a formação de mulheres candidatas aos atos eleitorais dos seus países em cerca de 30 países; assim como o apoio a cerca de 40 países com vista à reforma do sistema político eleitoral, incluindo a questão do género nestes sistemas (UNWomen 2012c). Esta agência tem também envidado muitos esforços no sentido de capacitar e formar as mulheres rurais, nomeadamente através de parcerias que estabeleceu com a *UN Food and Agriculture Organization*, *the International Fund for Agriculture, Development* e o *World Food Programme* (UNWomen 2012c)²³.

AS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS E DE SEGURANÇA

Embora a ausência de combatentes femininos tenha vindo a ser interpretada como o fato de os homens serem os mais importantes, senão os únicos, atores nos conflitos violentos, é possível verificar que as mulheres têm sido integradas nas forças armadas e têm relevado a sua capacidade para combater eficazmente. Sabemos que a guerra não é algo natural mas sim construído pela e gerado na sociedade, pelo que os

²³ Durante o ano de 2011 houve também uma enorme preocupação com a inclusão da dimensão de género nos ordenamentos jurídicos, uma vez que em muitas situações eles excluem ainda os direitos humanos mais elementares da mulher (UNWomen 2012c).

homens para combater precisam de treino, com vista a poderem lutar com eficiência. De igual forma, também as mulheres, tendo acesso aos mesmos treinos e exercícios dos homens poderão enfrentar um combate com a mesma garra e determinação (Goldstein, 2001: 252). Na verdade as mulheres são desde há muito partes ativas no conflito e têm, direta ou indiretamente vindo a ser ativamente envolvidas nos conflitos; no entanto, têm também vindo a ser esquecidas pela história (Goldstein, 2001: 59).

As questões de género tem vindo a ser assumida como uma prioridade, quer a nível internacional. Por exemplo, a Alemanha construiu uma residência feminina na academia de polícia afegã, o Canadá disponibilizou fundos para uso nas ações de incremento da dimensão de género naquele território, a polícia norueguesa tem treinado mulheres afegãs para que essas se venham a tornar membros da polícia afegã, o conselheiro de polícia americano como apoio de algumas das agências da ONU constituíram nas delegacias de polícia de Cabul pequenas unidades contra a violência familiar, com vista a apoiar e orientar as mulheres afegãs que sofrem de violência doméstica, assim como para poder dar formação prática às mulheres da polícia afegãs nestas questões (Murray, 2007). O envolvimento das mulheres nas forças armadas tem também vindo a aumentar. Inicialmente as suas funções restringiam-se a ser empregadas de limpeza e de cozinha, a prestar apoio no serviço religiosa, a servir nas áreas da medicina e da enfermagem, assim como nos serviços de inteligência. Atualmente nos teatros de operações do Afeganistão e do Iraque as mulheres militares são já cerca de 15% e os EUA enviaram já uma força só de mulheres, com cerca de 40 elementos. Atualmente, quase todos os países que fazem

parte da NATO integram mulheres nas suas forças armadas, ainda que a admissão de mulheres para ocupar determinados cargos em situações de conflito armado seja ainda restrita. Ou seja, embora se verifiquem estas mudanças que revelam o aumento de mulheres militares nos teatros de operações da NATO, elas não estão ainda autorizadas, na maioria das situações, a usar as suas armas para combater. Na verdade, para as cúpulas de decisão, as mulheres não estão ainda aptas a enfrentar a frente de fogo, estando já devidamente preparadas para fazer checkpoints, patrulhamentos, revistas, buscas, etc (Mann 2010.: 1-2).

Hoje em dia as mulheres militares estão a começar a ser integradas em forças especiais, não, como já vimos, para combater, mas sim como elementos essenciais no estabelecimento e (re) construção da paz. Por exemplo, no Afeganistão, em virtude da cultura daquele país, os militares homens, têm pouco ou nenhum acesso às famílias, mulheres e crianças estando vedado o contato com eles. Por isso, a presença feminina é determinante nestas situações (Mann 2010.: 4-5). No estudo realizado pela Casa Branca pode ler-se a assunção clara por parte dos EUA em assumir e envidar esforços no aumento de mulheres nos processos de paz em que participa, nomeadamente nas forças armadas e de segurança, com vista à prevenção de conflitos e ao estabelecimento de uma paz duradoura. Nesse sentido, tem desenvolvido medidas como formação de 2451 mulheres militares em todo o mundo, através da iniciativa *Global Peace Operations*. Outras iniciativas que têm sido levadas a cabo relacionam-se com a prevenção do abuso e da exploração sexual das mulheres em zonas de conflito, bem como o respeito e garantia pelos direitos humanos destas mulheres. Em específico, no Afeganistão, a sua atuação centra-se na

formação de mulheres afegãs para as forças de segurança., com especial enfoque na integração e relacionamento entre homens e mulheres nas forças armadas, visto que num território como o Afeganistão, com a sua cultura muito própria, este é um dos fatores mais impeditivos da igualdade de género (The White House, 2011: 17). É ainda uma mulher quem está a coordenar duas equipas que os EUA enviaram recentemente para o Afeganistão, do exército americano. Esta equipa é constituída por cerca de 40 mulheres, cujo objetivo e missão será essencialmente a mediação cultural em áreas onde os homens. Assim, este grupo de mulheres lideradas por outra mulher vão acompanhar os militares homens para que, aquando estes tenham, por exemplo de efetuar interrogatórios a homens afegãos, as mulheres militares possam então ter as tais reuniões e contatos com as mulheres afegãs. A novidade desta equipa, a *27th BCT's Female Engagement Team*, centra-se no facto de ser pela primeira vez enviada para aquele território com o desempenho destas funções: contactos diretos com as mulheres afegãs, com vista ao seu empenhamento e envolvimento na reconstrução do seu país. Como forma de preparação para esta sua missão, este grupo de mulheres americanas foram submetidas a uma intensa e rigorosa formação sobre a cultura e tradições afegãs, onde também aprenderam Dari (língua falada por muitos afegãos) (Yusko, 2011).

O *modus operandi* destas equipas centra-se na mediação necessária para poder estabelecer contactos com as populações locais, por forma a poder auxiliar no melhoramento das condições e necessidades em que aquelas mulheres vivem. Até ao surgimento desta iniciativa, já algumas mulheres americanas tinham sido envolvidas nas forças militares americanas presentes no Afeganistão, contudo esse envolvimento

era um pouco *ad hoc*. Agora, nesta missão terão um papel mais ativo e mais militarizado. O Capitão Pottinger, que tem estado empenhado no treino dado a estas equipas e que, no Afeganistão, contou já com algumas mulheres nos seus pelotões, admite que a inclusão de mulheres no terreno facilitará o contacto com o povo afegão, porque serão olhadas como aquelas que irão ‘ajudar’. Ao irem desempenhar esta missão e estando em contacto com as mulheres afegãs, poderão ter acessos privilegiados de informações sobre toda a aquela cultura, sobre o tráfico de droga e de armas e até mesmo sobre os rebeldes, pois estas mulheres afegãs são profundas conhecedoras da sua terra (Bumiller, 2010).

Um facto é que nos últimos anos, o número de mulheres militares nos teatros de operações tem vindo a aumentar e o impacto dessa realidade deve ser analisado e tido em conta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como acabámos de ver, a participação das mulheres quer a nível individual quer a nível institucional, através de organizações civis ou mediante instituições militares, tem vindo ativamente tornar-se cada vez mais ativo e relevante. Verificamos inúmeras iniciativas que se tem vindo a relevar para que esta participação se torne cada vez mais efetiva e eficaz, como é o caso da aprovação da Resolução 1325 do CSNU, bem como das resoluções complementares, através das quais grandes passos foram dados para a consagração da necessidade do contributo das mulheres nas

questões de *peacebuilding*, bem como da necessidade de igualdade de género neste âmbito.

Relativamente às organizações internacionais, destacamos o papel da ONU e das suas diversas agências, que muitos esforços têm encetado para o alcance da igualdade de género nas questões de *peacebuilding* e consequente participação ativa das mulheres estrangeiras nos processos de (re) construção de paz. No seio das forças armadas, também se tem assistido a um crescendo de envolvimento das mulheres, quer no que se refere ao número de mulheres que participam nas várias missões de *peacebuilding*, quer ao nível do tipo de funções que vêm a assumir.

CAPÍTULO III – O ENVOLVIMENTO DAS MULHERES AFEGÃS NO PROCESSO DE (RE) CONSTRUÇÃO DA PAZ

Após análise da forma como se envolvem e participam as mulheres estrangeiras em cenários de pós-conflito, centremo-nos então na análise de como se verifica o envolvimento das mulheres nacionais de um país na (re) construção da sua própria sociedade no pós-conflito, atentando no caso particular do Afeganistão. Para isso, olhamos para o caso das mulheres afegãs, para a sua cultura, os seus costumes, as suas tradições de modo a perceber como vivem estas mulheres e para então conseguir mostrar de que forma se envolvem na (re)construção de paz do seu país e de que forma esse envolvimento é facilitador do sucesso (ou insucesso) do processo de paz em curso.

Nesse sentido, de seguida, tentaremos perceber como se relacionam as mulheres afegãs na comunidade onde vivem, nomeadamente que particularidades revela a sua cultura específica e que papel têm na vida social daquele país. Analisaremos a cultura e tradição afegãs, que impõe às mulheres daquele país costumes muito rígidos relativamente a sua vida social e relacionaremos as tradições e costumes afegãos com a efetiva participação das mulheres no Afeganistão. Olharemos igualmente para o tipo de envolvimento político das mulheres e em que medida esse envolvimento traz vantagens no alcance do objetivo tao desejado: a construção da paz em território afegão. Mostraremos que, embora a realidade afegã seja bem diferente da realidade e forma de vida ocidentais, as mulheres afegãs têm vindo, cada vez mais, a tomar parte ativa na sociedade. Essa participação será ainda criticamente analisada no seu impacto na sociedade afegã, especificamente ao nível dos processos de

(re)construção da paz. Procuraremos perceber se esse aumento da participação na sociedade afegã tem contribuído para a (re) construção daquele país, para a estabilidade de uma paz que se deseja duradoura e para o reerguer de um país fustigado por longos anos de conflitos. No final deste capítulo esperamos ter conseguido mostrar o papel que as mulheres afegãs desempenham na sociedade em que estão inseridas e da qual fazem parte.

PARTICIPAÇÃO NA VIDA SOCIAL

Toda e qualquer sociedade é socialmente construída. Tal significa que não nos podemos referir a um determinado país sem nos referirmos à sua população, assim como não podemos referir-nos à população sem nos aperceber a sociedade a que ela pertence (Nogueira e Messari, 2005:162, 166) Na verdade, não existe antecedência ontológica dos agentes e das estruturas, ambos são co-construídos (Nogueira e Messari, 2005:163, 166) como nos relembra a abordagem construtivista e como referimos inicialmente. O enfoque é então colocado na questão identitária, através da análise dos processos de formação de identidades e interesses, de negação da existência ontológica das estruturas e dos agentes, da especial atenção dada à interação e à significação social da relação entre os atores, do facto de considerar que os estados, que não estão sozinhos no sistema internacional, consideram as questões de segurança através da significação social que ela revela. O ambiente histórico, social e cultural é gerado pelos atores sociais, mas aquele também os gera e molda a partir de condições históricas específicas (Wendt, 1992:260). Tendo isto em conta e para melhor compreender as mulheres afegãs na sociedade em que se inserem é

necessário perceber as ideias e valores que lhe estão subjacentes. Nesta seção vamos olhar efetivamente para a participação das mulheres dentro do seu próprio país. Iremos por isso pegar no caso do Afeganistão, analisando a vida social daquele país, percebendo de que forma as mulheres intervêm e se envolvem na vida da sociedade à qual pertencem e de que forma se revela essa participação.

As mulheres desempenham um vasto leque de papéis em situações de conflito e pós-conflito, intervindo designadamente como beligerantes, líderes das comunidades, na liderança dos seus lares, na organização social, no comércio, no campo. Também é claro que muitas vezes desempenham papéis que visam minimizar os efeitos da violência, quer diretamente, quer indiretamente. As diferentes formas de envolvimento das mulheres relacionam-se com diversos fatores como sejam, essencialmente, a sua idade, o contexto cultural específico onde estão inseridas ou a classe social a que pertencem. Verifica-se que uma minoria começa já a integrar as forças armadas, a persuadir a força política, tudo com vista a alcançar o seu estatuto na sociedade, a conseguir alcançar e proteger os seus direitos e a ser aceite a sua representação política (Pankhurst, 2000: 5-6). As mais de três décadas de conflito no território afegão, anteriormente já brevemente descritas, revelam o impacto, claramente devastador, que os vários regimes têm tido na vida do povo afegão, e mais concretamente na vida das mulheres afegãs. Assim, a primeira consideração a efetuar-se deve prender-se necessariamente e desde logo com a distinção entre o meio em que vivem as mulheres afegãs: cidade ou campo. Consoante estejamos a falar das mulheres afegãs que vivem na cidade ou das que vivem no meio rural, estamos pois a referir-nos a um diferente tipo de impacto. Na verdade, tal

diferenciação mostra-nos preocupações diversas quer ao nível educacional, quer ao nível cultural e até político e económico.

A história da emancipação das mulheres afegãs remonta a antes da década de vinte do século passado. Porém, só no final de 1970 se começou a alcançar direitos constitucionais e legais de igualdade das mulheres (Barakat e Wardell, 2001: x). Se por um lado, podemos apontar um movimento de mulheres urbanas que foram conseguindo algumas liberdades, como sejam oportunidades de educação e de escolha de uma carreira profissional, por outro lado, não podemos descurar que a maioria das mulheres vivem no meio rural e que, por isso, quase nada têm, nem mesmo acesso aos direitos mais básicos do ser humano, como sejam o direito à saúde, à educação ou à justiça (Barakat e Wardell, 2001: x). No entanto, este olhar sobre as mulheres afegãs, como nos refere Nancy Dupree, não pode meramente limitar-se a um olhar ocidental sobre a cultura daquele povo, mas antes deverá ter em conta os valores da família afegã (Dupree 1998a). Entende-se, portanto que, para a análise aqui pretendida, teremos de colocar o enfoque na forma de vida daquele povo, nela incluindo os seus valores e tradições, princípios e regras, condutas e atitudes. Por conseguinte, devemos desde logo atentar num elemento de extrema importância para a presente análise: se por um lado o impacto das últimas décadas de conflito tem sido enorme na vida das mulheres, fragilizando-as e fazendo-as viver momentos particularmente difíceis e hostis; por outro, as mulheres têm também vindo a tornar-se as líderes dos seus lares, assim como têm tido acesso mais facilitado a cuidados de saúde, à educação e à formação vocacional, o que lhes tem proporcionado o poder de mudança de atitude e de aspirações face à sua condição

(Barakat e Wardell 2001: xi). Ou seja, concordando com a posição defendida por Mertus:

‘women are not just the victims of combat and the beneficiaries of humanitarian efforts. They are also the engines of resistance and key problem solvers in their communities.’ (Mertus, 2000: vii)

Não podemos esquecer-nos, porém, que a sociedade afegã é uma sociedade bastante conservadora e tradicionalista, nomeadamente no que respeita ao papel das mulheres, sendo por isso bastante resistente às mudanças, sobretudo as impostas pelo Ocidente. Nesse sentido, a atuação internacional naquele território só poderá ver os seus objetivos alcançados se adequar a sua atuação à comunidade particular em que está a intervir. Isto é, apenas poderá ter sucesso a missão de reconstrução daquele país, se se consubstanciar em ações concertadas e coerentes com a cultura e tradições afegãs, respeitando os seus princípios e valores, integrando a realidade afegã nas opções de ajuda ali implementadas (Barakat e Wardell 2001: xii).

Nancy Dupree mostra-nos quem são as mulheres afegãs, fazendo uma breve caracterização das suas funções e da sua posição social, bastante reveladora da realidade social que encontramos no Afeganistão:

“It is useful perhaps to view the totality of Afghan women as a pyramid. The sound base is broad and consists of a majority who live in rural areas cherishing aspirations that are almost exclusively oriented towards children and family.(...) At the tip are the small number of Western-oriented, assertive working women who have taken a leading part in the emancipation process begun in 1959. They have become accustomed to formal employment in mixed environments, often in association with foreigners who are now

joined in battle on their behalf. These women call for the right to participate fully at all levels of decision-making. They bear the full brunt of Taliban ire. In the centre is the solid core of professional teachers, medical practitioners, engineers, judges, administrators, businesswomen, social workers and civil servants of every sort which has grown in magnitude and strength since the beginning of the century. (...). Over the years they have shown by their comportment that Afghan women can function in the public sphere with no loss of dignity to themselves, their families or the nation. It is this strong central core that most urgently needs to be uncaged if Afghanistan is to recover and move forward.' (Dupree, 1998b: 165-166).

Embora se entenda que a categorização quer de coisas, quer de pessoas possa muitas vezes constituir um perigo, por se revelar eventualmente redutora, a autora identifica claramente qual o papel das mulheres afegãs na sua sociedade, explicando-nos que, para ser bem compreendida, tal caracterização tem de ser vista à luz da conjuntura em que estão inseridas; ou seja, tem de atender-se ao meio social a que pertencem. A comparação das mulheres afegãs com a pirâmide (Dupree, 1998b: 165-166) congrega efetivamente um excelente exemplo de como está estruturada aquela sociedade. Assim, na base da pirâmide encontramos a grande maioria das mulheres afegãs. São mulheres que vivem num ambiente rural e que têm como principais preocupações o seu lar, a sua família, as suas crianças. Estas mulheres não têm qualquer aspiração social que não seja a de poder cuidar do seu lar o melhor possível e proporcionar à sua família o melhor bem-estar possível, do mesmo modo que não possuem nenhuma aspiração profissionais. Para esta parte da sociedade afegã tudo se basta com o seio do lar. Para estas mulheres à parte de poder garantir o sustendo das suas famílias e o conforto do seu lar (que deve ser entendido à luz da cultura afegã e não

da cultura ocidental), nenhum outro desejo as invade, nenhuma outra ambição as preenche.

Por oposição, no topo da pirâmide, observamos a existência de um pequeno número de mulheres, estas detentoras já de traços marcadamente ocidentais. Este grupo reduzido de mulheres afegãs foi determinante para a luta pela emancipação que se iniciou nos finais da década de 50 do século passado. São trabalhadoras ativas, determinadas e habituadas a empregos mais formais. Ou seja, nos cargos e funções que desempenham na sociedade, o seu papel vai muito para além do cuidado e preocupação com o lar e com a família. Para estas mulheres constitui um elemento de normalidade o convívio e permanência em ambientes mistos, quer sejam ambientes que partilham com homens, quer sejam ambientes que partilham com os estrangeiros que ali se encontram a auxiliar na (re) construção do país. No âmbito da sua vivência social, lutam diariamente para poder alcançar um seu vincado desejo: a participação na tomada de decisões do seu país. Por último, o meio da pirâmide é constituído por um forte e sólido grupo de mulheres, que tem vindo a aumentar e a fortalecer-se. Estas mulheres desempenham uma série de funções e tarefas necessárias ao funcionamento da sociedade. Elas são médicas, professoras, engenheiras, juízes, empresarias, assistentes sociais, funcionárias públicas, entre outras.

Atentando sobretudo no meio e no topo da pirâmide, têm-se vindo progressivamente a provar e a demonstrar que as mulheres podem (e devem) participar na esfera pública e social do seu país e que o seu contributo é tão importante como o contributo, desde sempre valorizado, dos homens. Com efeito, concordando com a

citação acima, e referindo-nos essencialmente ao meio da pirâmide, é necessário que se “abra a gaiola”, que se permita e possibilite a normal atuação e envolvimento das mulheres no seu meio social, para que através de um contributo global de toda a população (homens e mulheres) se venha assistir ao desenvolvimento e crescimento daquela sociedade. Nesta sociedade conservadora e com importantes e claras diferenças entre homens e mulheres, é fundamental tentar perceber alguns dos seus costumes e tradições, para mais facilmente entender as suas motivações e atuações. Assim é determinante perceber, por exemplo, o que é a *purdah* e a *mahram*, tradições muito próprias que determinam a vivência das mulheres na sociedade. A *purdah* é uma tradição de segregação muito vincada que visa manter separados os mundos de homens e mulheres, relegando as mulheres simbolicamente para um abrigo. Assim, de acordo com a *Sharia*, as relações entre homens e mulheres dividem-se entre relações de *mahram* ou *namahram*, ou seja, respetivamente, relações que se formam por via do casamento ou do nascimento ou relações não permitidas entre homens e mulheres (Barakat e Wardell 2001: 10).

Numa sociedade com estas características conservadoras, os valores da família e da honra masculina, diretamente relacionada com o comportamento das mulheres, é algo inerente à sua cultura e, por isso, é obrigação da mulher afegã comportar-se de acordo com os costumes e tradições próprios da sua cultura e bem assim adotar comportamentos e atitudes sociais conformes às normas tradicionais e culturais daquele país (Barakat e Wardell 2001: 13). É, por isso, parte da ‘condição de mulher afegã’ estar ligada à sua família como principal, e muitas vezes única, responsabilidade (Barakat e Wardell 2001: 24).

Para agudizar estas contrariedades, temos ainda de considerar o fato de se tratar de uma sociedade caracterizada por atitudes patriarcais e onde a autoestima das mulheres é muito reduzida, o que vem enfatizar a ideia de que as capacidades da mulher não são tão importantes como as dos homens (Chen e Jalalzada 2008: 9-10). Tudo isto assume uma importância ainda maior se considerarmos que esta é uma ideia transversal a toda a sociedade, e não apenas observada no meio rural, onde os níveis de literacia são menores e, por isso, menos informados. Na verdade, existe um sentimento comum a todo o povo afegão de que o que a mulher faz na e para a sociedade não deve ser muito relevado. Não é, portanto, normalmente reconhecido o esforço das mulheres que cuidam das suas famílias, das mulheres que estudam e constroem uma carreira, das mulheres que educam os seus filhos, das mulheres que sacrificam a sua vida pessoal em prol da vida dos seus maridos, da sua família. Tudo isto é, na verdade, ignorado pela sociedade e muitas vezes é até condenado (Chen e Jalalzada 2008: 9-10).

Pelo que tem sido analisado, apenas deste modo poderemos compreender se as políticas de género aplicadas no Afeganistão do pós-conflito têm contribuído para se alcançar o aumento da participação das mulheres na vida política e social no Afeganistão. No entanto, podemos afirmar que a sociedade afegã está em transformação. Há já a perceção de que gradualmente as mentalidades estão a mudar e que começa a ser aceite a participação das mulheres na vida pública, nomeadamente, verifica-se já que uma série de organizações que estão no terreno a desenvolver ações de reconstrução do território, tendem a recrutar mulheres para os

seus programas para ocuparem todo o tipo de cargos e responsabilidades (Chen e Jalalzada 2008: 10).

Vimos já que a participação das mulheres afegãs na vida social do seu país é muito distinta consoante elas habitem em zonas rurais ou na cidade. Ora, de acordo com dados oficiais do World Bank, cerca de 85% da população afegã habita no meio rural, sendo que subsistem através da agricultura (World Bank, 2006). Crê-se também que mais de oito milhões de hectares de terra sejam cultivados todos os anos no Afeganistão. Ora, neste cenário as mulheres detêm um papel extramente importante, uma vez que desempenham todas as tarefas imagináveis na vida rural, das mais leves às mais pesadas, das mais fáceis às mais difíceis, assumindo uma enorme responsabilidade na vida do campo, que é sempre acumulado com a gestão, controlo e administração dos seus lares. Além do que, o acesso das mulheres afegãs, sobretudo as mulheres que residem no campo, à educação e ao alargamento dos horizontes é normalmente escasso e diminuto (Barakat e Wardell 2001: 12-13). Já no meio urbano, as coisas não se passam da mesma forma, como ficou claro através da comparação com a pirâmide. Desde a entrada da comunidade internacional no país, com vista ao auxílio necessário à construção da paz, muitas mulheres, sobretudo as que figuram no meio e no topo da pirâmide, têm vindo a assumir responsabilidades sociais, trabalhando junto das organizações internacionais, governamentais e não-governamentais, desempenhando tarefas ligadas à assistência médica, à educação, ao funcionalismo público, por exemplo (Barakat e Wardell 2001: 24). Ora, como que se acaba de referir, é inegável considerar que as mulheres detêm um papel determinante e ativo na sociedade em que vivem. Acresce também que, sendo ativas participantes

na sua sociedade, são, conseqüentemente, partes ativas na (re) construção do seu país, pois em muito contribuem para que este seja reerguido, uma vez que constituem uma visível força produtiva do Afeganistão.

A par desta realidade, devemos considerar que a coexistência de várias etnias em território afegão nem sempre tem sido pacífica, situação que tem vindo a priorar ao longo dos anos de conflito, provocando instabilidade e insegurança, o que conjugada com estas características da sociedade afegã, não tem facilitado a integração das mulheres na normalidade da vida social daquele país. No mesmo sentido, o elevado número de atores no terreno, que têm a missão de melhorar o ambiente e estabilidade do Afeganistão, é ele próprio também fator de tensões e desentendimentos no terreno, constituindo mais um fator de instabilidade, ao contrário do que seria de esperar das entidades que se deslocam aos países em situação hostil (Chen e Jalalzada 2008: 4). Porém, mesmo com todas as adversidades descritas, as mulheres afegãs estão sempre dispostas a trabalhar arduamente na reconstrução do seu país, da sua comunidade. Como nos relatam Chen e Jalalzada:

“Village women, who are regularly put down by the men as illiterate and therefore incapable of making sound decisions, are actually much more motivated to make peace and resolve conflicts than men are. (...) they work very hard to solve problems in their families and between families (...) They are braver now and will involve men in solving family problems, whereas before, they were afraid to ask. (...)... but the women do it freely and easily, out of their hearts, and yet we are not recognizing their hard work.” (Chen e Jalalzada 2008: 7)

O argumento normalmente apresentado para a não inclusão das mulheres do campo afegãs nos processos de tomada de decisão do seu país parece constituir, em nosso entender, um argumento falacioso, que não revela toda a plenitude da questão. Se, por um lado, se concorda que efetivamente as mulheres afegãs das áreas rurais sejam pouco instruídas e que tal facto dificulta o seu envolvimento ao nível da tomada de decisões, por outro lado sabemos também que estas mulheres são o suporte das suas famílias e dos seus lares e, por esse motivo, têm competências e capacidades que lhes permitem encontrar soluções que lhes possibilitem contribuir para uma tomada de decisões válida para o seu país e para a sua comunidade.

Em concordância com Chen e com Jalalzada, entende-se que, na verdade, as mulheres afegãs, à parte do problema de literacia, que resulta do escasso acesso à educação, estão bastante motivadas para a participação ativa na resolução de conflitos, considerando-se que são mulheres corajosas e dispostas a entregar-se, de igual modo como que acontece com os homens, aos reais problemas do seu país, estando, portanto, aptas a contribuir significativamente para, em conjunto com a restante sociedade, reconstruir o seu país. Neste sentido, recordemos as palavras de Pankhurst, que vêm reforçar a ideia do que acaba de se explicar

“Both men and women have the potential for peacemaking and the responsibility to build and keep peace. The women, however, seem more creative and effective in waging peace...It is the women’s emotional strength to transcend pain and suffering, and their predisposition to peace that provide them with potentials for peacemaking.”(Pankhurst 2000: 15)

Na sequência deste argumento, podemos também afirmar que durante e após o conflito, as mulheres afegãs foram muitas vezes responsáveis por tratar dos

sobreviventes e das crianças. Com efeito, mesmo durante o conflito, não raras vezes foram as mulheres que tiveram a obrigação de colocar comida nos seus lares, tratar das suas crianças e, bem assim, manter algumas atividades sociais e políticas. Sucede que, no pós-conflito, raramente se reconhece totalmente o seu empenho e dedicação. Acontece até que, após o conflito, a grande preocupação é dar apoio – médico e psicológico – aos homens que estiveram a combater, não havendo preocupação semelhante com as mulheres, que sofreram igualmente o impacto profundo do conflito. Quer durante o conflito, que na fase pós-conflito, as mulheres são expostas a um elevado nível de risco de violência, de violações, de pouco cuidados de saúde, de escassez ou mesmo de nenhuma satisfação de necessidades básicas. Por isso, é determinante continuar a incluir a questão de género nas políticas e agendas do *peacebuilding*, por forma a serem integrados estes problemas nos programas de reconstrução (Pankhurst 2000: 9). Este cenário ocorre em variadíssimos contextos de guerra, e o Afeganistão não é exceção (Pankhurst 2000: 8-9).

Em virtude destes factos, vários estudos têm sido levados a cabo, dos quais destacamos o realizado no âmbito do *International Peace Research Institute*, em Oslo, e que analisa a situação das mulheres afegãs no pós-2001. Com esta investigação procurou identificar-se os problemas existentes, afirmando a necessidade de incluir as mulheres nos processos de paz, de segurança e de desenvolvimento. De acordo com estes estudos, nos últimos anos as mulheres afegãs têm sido vistas como autênticas construtoras da paz, quer nas suas casas, quer na esfera pública e não apenas vítimas do impacto dos últimos anos de guerra (Borchgrevink et al. 2007: 3-4). Contudo, revelam-nos também que há ainda

constrangimentos significativos do envolvimento das mulheres nas ações de *peacebuilding*, nomeadamente atribuídas a questões de ordem cultural e política, impedindo que as mulheres detenham poder de decisão (Borchgrevink et al. 2007: 3-4). A primeira conclusão a que chegam é a de que é necessário dotar as mulheres afegãs de facilidade no acesso aos serviços e à tomada de decisões (Borchgrevink et al. 2007: 7). Assim considera-se que estas mulheres possuem ainda um acesso muito limitado aos serviços básicos, como sejam a saúde, a educação e a justiça, reforçando o que já em cima se demonstrou. De igual modo, evidenciam que é determinante que esta situação se altere, colocando a saúde no topo das prioridades, uma vez que revelam que sem acesso a cuidados de saúde junto das suas comunidades e junto dos seus lares, a vida destas mulheres está em perigo e, por isso, a sua possibilidade de tomar parte ativa na esfera pública da comunidade onde estão inseridas será sempre escassa e diminuta (Borchgrevink et al. 2007: 9).

Uma outra preocupação a ter em conta em conformidade com as conclusões a que estes autores chegaram, já anteriormente afluída, prende-se com a elevada taxa de iliteracia das mulheres afegãs, significando falta de conhecimento e de possibilidades, o que denota também falta de oportunidades de vida, falta de poder ter posições de relevo na esfera pública, permitindo o *continuum* de monopólio masculino nos processos de tomada de decisão (Borchgrevink et al. 2007: 9). Em seguida, elegem a justiça como uma preocupação que não deve afastar-se das prioridades mais básicas dos direitos das mulheres afegãs, na medida em que consideram que é bastante diminuta a possibilidade de acesso das mulheres à justiça, revelando até que não existe qualquer representação feminina nos tribunais. Por

último, apontam-se os fatores económicos como área de preocupação, indicando a necessidade das mulheres afegãs serem mais envolvidas nas atividades económicas do seu país (Borchgrevink et al. 2007: 9).

Relativamente à questão de género, segundo estes autores, as forças mais conservadoras no Afeganistão têm impossibilitado o espaço para o diálogo e, conseqüentemente, calado as vozes dos que defendem a igualdade de género e os direitos das mulheres, o que constitui uma ameaça para as mulheres afegãs. No entanto, os autores consideram que este é um tema a ter seriamente em conta nos processos de construção de paz daquele país, pois sem uma abordagem compreensiva nos processos de paz não será possível a evolução progressiva com vista ao enraizamento das várias subculturas ali existentes. Ainda que tenham consciência que os problemas de género podem ser interpretados como problemas do ocidente, não relevados pelos afegãos nem pelo islamismo (Borchgrevink et al. 2007: 9-10).

Ainda assim, existe algum otimismo, ao observar que desde 2001 têm vindo a ocorrer mudanças significativas naquele território, por influência de ‘ideias modernas’ trazidas pela ajuda internacional, pelos refugiados que regressam a casa e pela sua vizinhança. Estas mudanças têm vindo a alterar as crenças e culturas mais tradicionais, possibilitando a ocorrência de mudanças estruturais na sociedade afegã, nomeadamente no potencial ‘*empowerment*’ das mulheres, permitindo-lhes acesso a um envolvimento e intervenção mais ativos na sua comunidade (Borchgrevink et al., 2007: 10; Kuehnast et al. 2012: 2). Porém, há consciência plena de que estas mudanças são um processo evolutivo muito demorado e ainda muito frágil e que

potencia fatores de tensão entre os membros da comunidade, gerando muitas vezes instabilidade e insegurança. Ora, tais problemas conseguirão equilibrar-se com a conjugação de uma série de áreas de atuação: política, económica, militar, desenvolvimento e humanitarismo (Borchgrevink et al., 2007: 10). É portanto pertinente perceber como estas iniciativas se têm efetivado e que efeitos têm produzido para o envolvimento das mulheres afegãs na vida social do seu país e, conseqüentemente, na (re) construção do Afeganistão. Por exemplo, a *War Child Canada* em cooperação com o Conselho de Mulheres do Afeganistão têm vindo a atuar de forma muito ativa naquele território, possibilitando às mulheres afegãs terem acesso à educação e à formação, através de uma série de ações que permitem as mulheres afegãs tornar-se mulheres responsáveis e envolvidas na reconstrução do seu país (WCC, s. d.). E que vem também dotá-las de maior capacidade e mais ferramentas para, enquanto partes ativas na sociedade, contribuírem assertivamente na tomada de decisões do Afeganistão.

Assim, em julho de 2002 havia já cerca de 200 mulheres com parte ativa na vida política do seu país (ONU 2002: 64). A polícia afegã conta com cerca de 180 mulheres, que representam cerca de 1 % da polícia afegã. O objetivo, de acordo como Plano de ação acional para as mulheres do Afeganistão, é chegarem aos 30 % de efetivos femininos nas forças de segurança afegãs (Murray, 2007). Crê-se que a intervenção e pressão da Comunidade Internacional, com vista ao respeito pelo acordo de Bona, em muito contribuíram para a sua efetivação. Para as mulheres afegãs poderem ter começado a ter parte ativa nestas questões foi fundamental o

papel desenvolvido pela UNAMA²⁴, que em cooperação com o Ministério dos Assuntos da Mulher Afegão formou, apoiou e capacitou aquelas mulheres para o desempenho das suas funções (ONU 2002: 64). Parece existir um claro interesse na ajuda internacional ao Afeganistão, através da formação de mulheres afegãs para as forças de segurança. Tem havido uma preocupação com a integração e relacionamento entre homens e mulheres nas forças armadas, visto que num território como o Afeganistão, com a sua cultura muito própria, este é um dos fatores mais impeditivos da igualdade de género. Tem havido também uma enorme movimentação no sentido de prestar formação, orientação e apoio as mulheres militares no Exército Nacional Afegão, bem como alguma pressão junto do Ministério de Defesa e do Interior Afegãos, com o intuito de aumentar o número de mulheres afegãs nas forças armadas e de segurança, tendo em resultado destes esforços sido constituída o primeiro curso de soldados femininos do Exército Nacional Afegão em 2010, prevendo-se mesmo que este ano, as estatísticas revelem que cerca de 10% dos alunos da academia militar afegã sejam mulheres e que em 2014 o exército afegão possa contar já com 5000 efetivos femininos (The White House, 2011: 17). A par destes factos, sabemos também que no Afeganistão estão duas equipas militares americanas, constituídas por cerca de 40, cujo objetivo e missão será essencialmente a mediação cultural, atuando essencialmente em áreas onde os homens, por questões culturais, não podem estar face à existência de mulheres afegãs. Assim, este grupo de mulheres, liderada por outra mulher, tem vindo a reunir frequentemente com mulheres afegãs, por forma a com elas poder estabelecer relações de confiança e conhecimento dos seus costumes e tradições

²⁴ A United Nations Assistance Mission in Afghanistan foi criada em 2002 pelo CSNU, a pedido do Governo Afegão, tendo como principal objetivo auxiliar o Afeganistão a alcançar a paz e o desenvolvimento do país (UNAMA 2012).

(Yusko, 2011). Para este objetivo, em muito tem contribuído também o trabalho desenvolvido pelas várias agências das Nações Unidas, que têm envidado bastantes esforços com vista a incrementar e intensificar a ativa participação e envolvimento das mulheres nos processos de paz. São disso exemplo agências como a DPA, a DAW, a UNIFEM, a UNAMA (ONU 2002: 69-70). Numa outra iniciativa das Nações Unidas, em colaboração com o Ministério dos Assuntos das Mulheres Afegãs, foi adotado um plano de ação que inclui as mulheres em todas as fases de envolvimento na reabilitação do seu país (ONU 2002: 69-70).

O processo de *peacebuilding*, aqui entendido como o conjunto de ações levadas a cabo com vista a impedir o regresso do conflito armado e a (re) construção de paz de um país (ONU 2002: 65), é dotado de uma série de ações, que a curto ou a longo prazo, tendem a apoiar e suportar ou reerguer uma sociedade. Ora, para que estas ações sejam bem-sucedidas, terão que ser direcionadas para a totalidade da sociedade a que se destinam, na qual se incluem também as mulheres. Por outro lado, ao incluir mulheres nas organizações governamentais e não-governamentais que atuam no Afeganistão, está-se a possibilitar que um melhor relacionamento e conhecimento da população e das suas necessidades exista, podendo assim serem consideradas todas as questões relevantes quer nas negociações de paz, quer já nas opções de (re) construção de paz tomadas (ONU 2002: 65-68).

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Apesar do Islão ‘permitir’ que as mulheres afegãs tenham direito a trabalhar, a ter uma profissão, o certo é que, na realidade nem tudo sucede como estabelece a *Sharia* (Shorish-Shamley, s.d.), pois continuam a existir relatos e dados oficiais de que as violações aos direitos humanos, nomeadamente contra as mulheres, continuam a ser perpetradas (Lorena, 2004), levando-nos a crer que a *Sharia* ou não está ser bem interpretada ou não está a ser bem aplicada. Desde 2001 têm-se verificado uma série de iniciativas políticas e de resoluções nacionais e internacionais com vista à inclusão das mulheres afegãs nos processos de paz e de reconstrução do seu país. Destacamos apenas alguns: ‘*The Essential Rights of Afghan Women*’, que foi assinado em 2001 pelo presidente Karzai; uma conferência em Berlim em 2002, cujo tema essencial se prendeu com as questões de género; a aprovação da constituição afegã em 2003 que vem preconizar o reconhecimento da igualdade de género e dos direitos da mulher, incluindo direitos sociais e políticos das mulheres no seio da comunidade onde estão inseridas; a *Convention for the Elimination of Discrimination Against Women* (CEDAW), que foi assinada em 2003, sem qualquer reserva; e também o *National Action Plan for Women*, que foi entretanto implementado (Borchgrevink et al. 2007: 7).

Todas estas iniciativas e documentos refletem a tentativa de redefinição dos direitos humanos das mulheres no Afeganistão, agora como direitos universais e não como questões do domínio privado e cultural, como entendiam os Talibãs. Sabemos, porém, que a sua efetivação não tem tido os resultados pretendidos (Jack 2000:22). Certo é que, o que se observa no Afeganistão não difere muito do resto do mundo, se

bem que ali, por variadíssimos fatores já referidos, tudo assumia uma outra dimensão. Assim, podemos afirmar que em muitas partes do mundo as mulheres têm vindo a ser excluídas social e politicamente. A sua exclusão verifica-se, por exemplo, em áreas onde estejam envolvidos processos de tomada de decisão, bem como em outros altos cargos políticos e de representação. A motivação do afastamento das mulheres destes cargos, embora em níveis diversos, consoante a sociedade que se está a analisar, justificam-se sempre através de fatores como a cultura, a religião e o nível de desenvolvimento humano existente (Fleschenberg 2009: 75-76; Rehn e Sirleaf, 2009: 2-3). De acordo com Andrea Fleschenberg, o sucesso das mulheres funda-se essencialmente em 3 fatores: socioeconómico, domínio da cultura política e a configuração e conjunturas institucionais (2009: 75-76). A autora explica-nos também que a atuação das mulheres na política é sempre acompanhada de grandes dificuldades e pouca margem de manobra, porquanto a grande maioria destas mulheres, como é o caso das mulheres afegãs, são emergentes de novas ‘democracias’, ainda pouco estáveis, de sociedades em transição e onde as mulheres ainda não detêm a experiência e envolvimento necessário. Tudo é novo. É um desafio que as mulheres desempenham com muita convicção mas que, possui mais dificuldades e lacunas, que só com o seu empenho se ultrapassam, trabalhando horas a fio (Fleschenberg 2009: 79-80).

No caso específico do Afeganistão, temos as mulheres parlamentares que se defrontam com os colegas conservadores, a que se acrescenta uma comunidade religiosa e conservadora, onde há uma forte oposição a reformas legais com os aspetos tradicionais da cultura. O receio é ainda muito grande e a segurança nem

sempre a desejada. Há sentimentos de insegurança nas mulheres que trabalham no Parlamento que as impedem de desenvolver o seu trabalho com a normalidade desejada, bem como a medir muito bem o que fazem e o que dizem, por forma a não sofrer represálias. Além do mais, mesmo entre mulheres nem sempre há coerência e coordenação, pois a componente religiosa e tradicional são ainda muito fortes e determinantes nas atuações de cada uma destas mulheres (Fleschenberg 2009: 88-89). Quer com isto dizer-se que as mulheres afegãs conseguem compreender que, embora detenham direito de voto e influenciem já de alguma forma as decisões parlamentares, não detém ainda a influência desejável e não conseguem, por exemplo, ter força suficiente para impor a sua opinião. Além disso, existem barreiras visíveis no relacionamento com os colegas homens, que impedem o normal funcionamento do parlamento, impedindo muitas vezes constituir alianças com outros deputados. Há a sensação de que os homens não respeitam ainda a presença das mulheres, não querendo ouvir as suas opiniões nem lhes dando o tempo regulamentar para falar (Fleschenberg 2009: 89).

Observemos agora alguns dados dos relatórios oficiais que refletem a participação das mulheres afegãs na vida política e a forma como estão a ser implementadas as medidas com vista a garantir que, após a queda do regime, a igualdade de género seja efetivada, permitindo assim a participação de mulheres como votantes, candidatas e eleitas em iguais circunstâncias com os homens. Nos dados da *'factsheet on the situation of women and girls in Afghanistan'* ficamos a saber que as mulheres que trabalham no governo representam 22% do total dos funcionários; na Assembleia Nacional, 25% dos membros são mulheres; 64 de 249 dos deputados são mulheres;

29% das pessoas que votam são mulheres; e 41% das mulheres foram candidatas em cargos elegíveis. Existem cerca de 35000 mulheres empregadas no governo nacional, excedendo-se a quota de 25% estabelecida para representação das mulheres no parlamento (UNAMA 2009).

Através dos vários relatórios e artigos congregados no *'Helpdesk Research Report: Gender and Elections in Afghanistan'* é ainda possível perceber que continua a existir um forte sentimento de insegurança e receio das mulheres que querem candidatar-se as eleições e que a sua presença no parlamento tem vindo a crescer, mas tal não significa propriamente que tenham voz, nem participem nos processos de decisão (GSDCR, 2009: 2). Resta tentar perceber exatamente o que refletem estes números. É preciso interligá-los com outros elementos para fazer uma leitura correta do que eles efetivamente representam. Têm igualmente sido desenvolvidos e implementados vários mecanismos e políticas que combatam estes entraves. Por exemplo, mudanças do quadro legal, que passaram a incluir questões do género, definição de quotas de participação feminina na política Afegã a vários níveis; sensibilização dos partidos políticos, que têm vindo a considerar as questões do género importantes e tem adotado voluntariamente quotas para as mulheres participarem ativamente na vida política daquele território; mecanismos como o registo de votos, educação do voto, Administração eleitoral e Observatórios eleitorais, criação de cursos que capacitam as mulheres com competências para participar na vida ativa da política (inglês, informática, procedimentos parlamentares, legislação, etc.) (GSDCR, 2009: 3-6).

Assim, desde 2001, 85% das mulheres afegãs beneficiaram já de programas governamentais e não-governamentais, pois até ao 11 de Setembro de 2001, a maioria das violações dos direitos humanos contra as mulheres eram ignorados (Morgan, 2008: 1). Clara Morgan mostra-nos também que o índice de desenvolvimento de género Afegão é um dos mais baixos do mundo (2008, 2008: 2) e que o desenvolvimento das políticas de género nas questões de participação política se revelam em áreas como direitos constitucionais, participação e representação política, desenvolvimento, reconstrução e educação (Morgan, 2008: 5, 6). Em Dezembro de 2001 foram assinados os acordos de Bona, já referidos anteriormente, que resultaram de uma série de esforços para implementar medidas que permitissem possibilitar às mulheres afegãs adquirir uma série de direitos políticos, como sejam o direito de votar, servir o governo e de ser eleitas. Estas medidas consagradas constituíam as principais preocupações das mulheres na participação ativa na política e, conseqüentemente, na (re)construção da paz do Afeganistão. Ora, em 2003, com a aprovação Constituição Afegã e da *Afghanistan Compact*, de 2006, vieram efetivamente a consagrar-se e a concretizar-se estas medidas (Morgan, 2008: 5, 6). Com efeito, em consequência destas iniciativas, o Afeganistão passou a ter um Ministério dos Assuntos das Mulheres (mais simbólico do que efetivo, é certo). Com a Constituição Afegã, surgiu também uma Comissão Independente de Direitos Humanos, com o propósito de observar e analisar o respeito pelos direitos humanos dos cidadãos com especial atenção para as mulheres. Contudo, a autora diz-nos que a sociedade afegã tem ainda medo e receio. E nas mulheres e jovens isso é particularmente notório, tendo em conta as restrições sociais, culturais e religiosas que ainda subsistem quanto à sua liberdade (Morgan, 2008: 5, 6).

Em 2005, aquando do ato eleitoral assistimos também a uma série de listas eleitorais encabeçadas por mulheres afegãs (Borchgrevink et al. 2007: 7). E nesta sequência, o ainda recente parlamento afegão e em cumprimento do que determinou a constituição de 2003, conta com cerca de 25% (atualizar dados) da representação política ocupada por mulheres. Tarefa difícil, porque embora consagrada constitucionalmente, é ainda uma novidade que não se integrou nas mentalidades afegãs, razão pela qual as mulheres detém muito poucos apoios, por exemplo, dos seus colegas deputados, nomeadamente no debate de determinado tipo de problemas (financeiros, segurança, terrorismo), em que ou não são chamadas à discussão, ou a sua opinião é ainda ignorada e marginalizada. Assim com podemos observar que o Afeganistão conta ainda apenas com uma mulher como ministra – a ministra dos assuntos femininos, ou a ausência de mulheres em muitos organismos estatais, que decidem grande parte dos destinos do Afeganistão (Borchgrevink et al. 2007: 7-8). Da mesma forma, desde 2001 que se verifica a existência de um sem número de programas que incluem as mulheres afegãs como sejam programas sobre as reformas legais do país, de questões económicas, de governação. E efetivamente as mulheres são neles incluídas e chamadas a tomar parte nestes programas. Porém, possuem ainda uma fraca influência na tomada de decisões, que afeta toda a população (Borchgrevink et al. 2007: 8).

Parece, assim, claro que temos assistido a um importante aumento da participação política feminina no Afeganistão e, simultaneamente, têm sido criados várias políticas de género. Coincidindo estes acontecimentos cronologicamente, podemos

concluir que o aumento da participação política observado nas mulheres afegãs está estritamente relacionado com a implementação de políticas de género. Resulta, portanto, dos dados apresentados sobre a participação política das mulheres afegãs, um impacto positivo no envolvimento e participação destas mulheres no que se refere à construção de paz do seu país. Por isso, podemos concluir a este respeito que, embora ainda tímido, o envolvimento das mulheres afegãs na vida política do Afeganistão constitui um avanço na história daquele país e que, embora as mentalidades demorem a mudar, algo está em mudança e que, pouco a pouco, o contributo feminino vai sendo notado, permitindo alcançar resultados positivos na construção da paz daquele país. O facto de se começar a observar a representação feminina na esfera política do Afeganistão, conforme ficou demonstrado nos dados apresentados, possibilita que as decisões que vão sendo tomadas na reconstrução daquele país comecem a congregar a visão e contributo de todos os elementos da população. No entanto, e como vimos também, esta é ainda uma realidade que necessita de ser acompanhada por uma mudança de mentalidades que assimilem que o contributo de todos é importante na tomada de decisões de um país, sendo ainda necessário que sejam dada mais voz e mais atenção ao contributo das mulheres afegãs. No entanto e para que a ajuda externa funcione, é determinante que as organizações internacionais que têm chegado ao território afegão com intuito de auxiliar na construção da paz daquele povo, não se esqueçam que devem trabalhar com eles e não por eles (Barakat e Wardell 2001: xii), devendo adotar os programas e iniciativas que querem implementar à realidade que encontram naquele país.

DESAFIOS

Apesar dos avanços referidos, persistem ainda muitas preocupações e dificuldades, que exigem algumas mudanças bem como a implementação de diversas medidas, sem as quais, a efetivação da participação e envolvimento das mulheres afegãs no seu país, se torna mais difícil e complexa. Por exemplo, ao nível do acesso aos cuidados de saúde tudo é ainda muito complexo. Estima-se que o Afeganistão seja o segundo país onde os níveis de mortalidade são mais elevados. A idade de vida média de uma mulher ronda os 40 anos. A maior parte da mortalidade feminina está relacionada com a gravidez pouco acompanhada, com infeções pós-parto. Também a mortalidade de recém-nascidos apresenta dados muito elevados. Cerca de 70% das mortes por tuberculosa são de mulheres entre os 15 e os 45 anos (Barakat e Wardell 2001: 28). A este nível existe ainda uma outra preocupação – a elevada taxa de toxicodpendência feminina. Estima-se que um elevado número de mulheres afegãs, que pouco ou nenhum recurso a cuidados de saúde têm, estejam a usar drogas como se de medicamentos se tratasse, tornando-se assim altamente viciadas no uso de drogas (Barakat e Wardell 2001: 28-29). De acordo com o Enviado Especial das Nações Unidas, também a contínua violência de que as mulheres afegãs têm vindo a ser alvo ao longo dos últimos anos, tem tido impactos a nível psicológico muito fortes, que não tem sido devidamente acompanhados e cuidados (Barakat e Wardell 2001: 28-29).

Relativamente à educação, e de acordo com os dados divulgados pelo Banco Mundial em 2001, o nível de iliteracia das mulheres afegãs é bastante mais elevado

que o dos homens. Estima-se que apenas 20% das mulheres sejam letradas, que apenas 3% das meninas frequentem a escola primária (a contrastar com os cerca de 40% de meninos). Tais números justificavam-se no receio que os Taliban tinham das mulheres com instrução, ao serem professoras, educadoras e mães poderem desvirtuar a educação dos rapazes (Barakat e Wardell 2001: 29). É necessário também não descurar os problemas de género e dos direitos das mulheres. Na Constituição afegã de 2003, foi consagrado um grande avanço em matéria de género, porquanto se encontra naquele texto fundamental a necessidade de igualdade de género e dos direitos da mulher. Porém, sabemos que da teoria à prática há ainda um enorme caminho a percorrer, contudo, é já um passo muito significativo nesta matéria (Borchgrevink et al. 2007: 11).

Também a questão da facilitação de acesso das mulheres aos serviços e necessidades mais básicas, como sejam a saúde, a educação a justiça, constitui uma enorme preocupação e desafio, porquanto ao ser atingido este objetivo, conseguir-se-á uma mais natural integração na participação e envolvimento das mulheres afegãs na vida do seu país (Borchgrevink et al. 2007: 11). Não menos importante é a questão da influência, ou seja, a necessidade de promover as mulheres afegãs como líderes quer a nível local quer a nível nacional, que só se alcançará através da discriminação positiva e do reconhecimento de modelos positivos. Torna-se necessário promover a educação das mulheres e combater a ignorância através da instrução escolar e religiosa, assim como, educar novas autoridades religiosas, onde se devem incluir também mulheres (Borchgrevink et al. 2007: 11).

Importa ainda referimo-nos à atitude quer das próprias mulheres, quer da sociedade em relação a estas, pois também consideramos que o maior impedimento do envolvimento das mulheres afegãs na vida da sua comunidade se prende com as questões de inclusão, participação e influência das mulheres na sociedade (Borchgrevink et al. 2007). O facto de se tratar de uma sociedade conservadora que tende a excluir as mulheres, por exemplo, dos processos políticos, tem vindo a criar obstáculos bem como atitudes e mentalidades que têm de ser mudados. Estas mudanças relacionam-se diretamente com questões de diálogo e educação (Borchgrevink et al. 2007: 11). Existe também uma outra área que é necessário ter em conta para que as questões do género e dos direitos das mulheres afegãs entrem na normalidade daquele povo: a proteção conferida às mulheres. Sabemos já que as mulheres são vítimas de vários tipos de violência – doméstica, social, entre outras. É por isso essencial que se criem mecanismos de efetiva proteção, para que o ambiente de insegurança e de hostilidade existente quando as mulheres tentam desempenhar o seu papel na esfera pública seja reduzido ou mesmo anulado (Borchgrevink et al. 2007: 12).

Por último e não menos importante, é também bastante relevante que se monitorize a efetivação de todas estas preocupações na prática. Segundo Hanif Atmar, Ministro da educação afegã, deveria mesmo criar-se a figura de um provedor para as mulheres afegãs, que possa defender e acompanhar a aplicação prática destas medidas (Borchgrevink et al. 2007: 12). Ao se atingir este estágio de cumprimento e respeito por estas garantias e direitos das mulheres afegãs, situação desejada quer pela comunidade internacional quer pela própria população do Afeganistão, estar-se-á a

alcançar uma paz sustentável, uma vez que esta só se consegue com o esforço conjunto de todos os cidadãos de uma comunidade – homens e mulheres devem colaborar igualmente para a construção do seu país. De igual modo, ao efetivar-se todos estes programas e medidas com vista a igualdade de género, estar-se-á a aplicar a resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, que constitui uma plataforma de inclusão das mulheres nos processos de paz, segurança e desenvolvimento. Sabemos porém, que estas questões não se resolvem de um dia para o outro. Estão identificados os problemas e apontadas algumas hipóteses de solução. Agora é necessário colocá-las em prática e esperar que resultem (Borchgrevink et al. 2007: 12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acabámos de ver que as mulheres afegãs têm vindo a participar ativamente na sociedade em que estão inseridas. Certo é que nem sempre assim foi e que ainda muito falta mudar para que esta sua participação possa ser mais consistente e aceite por todos. Contudo, parece claro que embora o Afeganistão ainda constitua um país caracterizado pelo conservadorismo e pelas tradições patriarcais, em que se postula o dever da mulher consiste essencialmente no cuidado do lar e da família, algo começa a mudar. Com estas mudanças, a sociedade vai aceitando e concordando com a participação cada vez mais ativas das mulheres. Assim, começa a entrar na normalidade, pelo menos na área urbana, que as mulheres vão podendo ter uma carreira profissional a par das suas ‘obrigações’ domésticas. E em consequência da aceitação destas mudanças, conjugadas com a necessidade de cumprir alguns

requisitos ‘aconselhados’ pela ajuda internacional, também no domínio da política começamos a assistir a um envolvimento das mulheres num mundo tipicamente masculinizado. Ao ser consagrado na Constituição Afegã o direito de votar, de participar em partidos políticos e de ser eleitas, as mulheres alcançaram mais um avanço no âmbito da dimensão de género, podendo, a pouco e pouco, ir conquistando o seu lugar na sociedade, para que conjuntamente com os homens, possam (re) construir a paz do seu país.

No entanto, sabemos e vimos que este é um caminho longo e sinuoso e que para se atingir a verdadeira igualdade de género, a participação das mulheres afegãs na vida social e na política do seu país terão ainda que passar por uma grande evolução, evolução essa que terá de passar designadamente pela já referida mudança de mentalidades, devendo também abranger um melhor acesso à saúde, à educação ou à justiça, para que assim estas mulheres consigam estar dotadas das condições e ferramentas necessárias para contribuir significativamente para a estabilidade e sustentabilidade do Afeganistão.

CONCLUSÃO

Com o presente trabalho pretendemos dar um contributo para a análise da participação das mulheres nos processos de (re)construção da paz. Para tanto propusemo-nos a demonstrar que as mulheres, quer civis quer militares, quer afegãs quer estrangeiras, têm vindo a ser envolvidas nos processos de construção da paz daquele território e neles têm vindo a participar ativamente. Para abordar a temática focámo-nos no caso do Afeganistão, através do qual demonstrámos que, nos últimos anos, se tem verificado o envolvimento e a participação ativa de mulheres – civis e militares, afegãs e estrangeiras - na implementação das estratégias de (re) construção da paz daquele território, desde o final da intervenção militar e início do processo de *peacebuilding* até aos dias de hoje. Procurámos também demonstrar que estudos feministas, que constituem um contributo ainda recente no âmbito dos Estudos para a Paz, têm vindo a assumir-se como uma corrente inovadora que vem complementar e dinamizar a análise, estudo e compreensão da questão do género na doutrina das Relações Internacionais, nomeadamente no que diz respeito à questão da paz e dos conflitos. Concluímos que, pelo facto de os estudos feministas de serem constituídos por uma diversidade de posições, possuindo no entanto como ponto comum a crítica às teorias clássicas das Relações Internacionais, veio possibilitar que se constituam numa verdadeira ‘avenida de comunicação’, designadamente nas questões de género também aplicadas aos processos de paz. Este objeto de interesse e investigação dos estudos feministas, como vimos, foi pela primeira vez plasmado na Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, na qual se consagrou, essencialmente, a necessidade do envolvimento das mulheres nos processos de paz.

Foi então que a dimensão de género nas missões de *peacebuilding* entrou definitivamente para a agenda internacional, sendo motivo de inúmeros debates, fóruns, iniciativas, diplomas, com vista à garantia de que a missão de fortalecer e solidificar a paz seja efetivamente alcançada. Assume-se assim, do ponto de vista interno e internacional, que as políticas de ajuda a um país fragilizado pela guerra tornam essencial unir esforços, que só poderão ser plenos no alcance do seu objetivo se congregarem a dimensão da igualdade de género, uma vez que só desta forma se garantirá que estão asseguradas todas as necessidades da sociedade que se vai ajudar. Embora esta seja uma realidade que tem vindo a ser reconhecida globalmente, a verdade é que, a inclusão de mulheres nos processos de (re)construção de paz nem sempre tem alcançado os objetivos desejados, não sendo por isso possível afirmar que está já verificada a igualdade de género nos processos de (re) construção de paz. Pudemos perceber, com esta investigação, que a participação das mulheres, quer a nível social quer a nível institucional, através de organizações civis ou militares, têm vindo a verificar-se cada vez mais ativamente no quadros dos processos de *peacebuilding* e que essa participação tem vindo a aumentar nos últimos anos. Para o incremento e efetivação deste envolvimento, inúmeras iniciativas têm vindo a ser postas em prática, salientando a título de exemplo, o enorme contributo da Resolução 1325 do CSNU, bem como das resoluções complementares, através das quais grandes passos foram dados para a consagração da necessidade do contributo das mulheres nos processos e dinâmicas de *peacebuilding*, bem como da necessidade de igualdade de género neste âmbito. Relativamente às organizações internacionais, concluímos que o papel da ONU e das suas diversas agências tem sido de grande relevo, pois, através das iniciativas por elas realizadas, grande sensibilização e

enfoque tem sido dado para o alcance da igualdade de género nas questões de *peacebuilding* e consequente participação ativa das mulheres nos processos de (re)construção de paz. Também no que se refere às forças armadas, tem-se assistido igualmente a um crescente d envolvimento das mulheres, revelando-se este envolvimento quer no número de mulheres militares que integram as forças armadas, quer no tipo de participação destas em teatro de operações, quer mesmo relativamente ao tipo de funções que as mulheres têm vindo a assumir.

No estudo sobre a participação das mulheres afegãs no seu país, pudemos observar que, embora estejamos a falar de um país conservador, com tradições e costumes muito próprios, e claramente afetado por muitos anos de conflitos, as mulheres têm vindo a participar cada vez mais substantivamente no seu território. Essa participação revela-se na dimensão social, uma vez que têm vindo a assumir funções de relevo para o desenvolvimento e qualquer país. Que embora esta participação seja mais notória nas mulheres que vivem num ambiente urbano e não tanto quanto o desejado para as mulheres que habitam em ambiente rural, o contributo que estas mulheres têm prestado na (re) construção de paz do seu país, juntamente com os homens afegãos, tem permitido que pouco a pouco se vão alterando as mentalidades de que o lugar da mulher deve cingir-se ao interior do seu lar e se vá aceitando que se todos participarem na sociedade em que vivem, melhores resultados serão alcançados. Também a este respeito, pudemos demonstrar que as mulheres afegãs têm vindo a ser integradas num mundo que inicialmente era limitado aos homens – a política. A sua participação ainda está longe de ser a desejada e muitas vezes pouco mais se observa do que o cumprimento das cotas impostas para a participação das mulheres. Contudo,

é já notório que, desde logo o facto de as mulheres poderem participar na discussão política do seu país, constitui um grande avanço na promoção e proteção dos seus direitos e da sua própria participação na vida política do país, porquanto, estando presentes podem identificar e levar à discussão assuntos que, caso não estivessem mulheres presentes, sequer seriam aflorados. Além do que, independentemente do assunto a debater, havendo uma representação global da sociedade, o alcance de soluções mais benéficas para o desenvolvimento do país é melhor garantido. No entanto, e ainda na análise do caso de estudo, pudemos identificar algumas das principais preocupações e dificuldades na participação destas mulheres na (re) construção do seu país. Estas preocupações e dificuldades centram-se ao nível do pouco acesso a cuidados de saúde, à educação, à formação, à justiça, bem como à proteção dos seus direitos. Ao serem relevados estes problemas e trabalhando-se para a sua supressão, será mais fácil que as mulheres afegãs consigam estar mais capacitadas e dotadas das condições e ferramentas necessárias para contribuir mais significativamente para a estabilidade e sustentabilidade do Afeganistão. Há ainda um caminho longo e complexo nesta matéria, mas a verdade é que só através de um longo processo evolutivo se conseguirá alcançar a verdadeira igualdade de género, a participação das mulheres afegãs na vida social e na política do seu país.

Com esta investigação, podemos concluir que há efetivamente uma crescente participação e envolvimento das mulheres nos processos de (re)construção de paz, no entanto esta realidade necessita ainda de muitos esforços e iniciativas conjuntas de atores locais e externos, de mudança de mentalidades e alteração de comportamentos,

para que se atinja a dimensão de igualdade de género e assim homens e mulheres consigam envolver-se em pé de igualdade no âmbito do *peacebuilding*.

BIBLIOGRAFIA

Aguirre, Mariano e Borgh, Chris van der (2010), Building Peace, States and Hybrids, The Broker, Issue 18, Fevereiro de 2010.

Almeida, J.M. de (2004) “Choque das Civilizações e o 11 de Setembro”. Instituto Português de Relações Internacionais/ UNL, <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=5&ida=31>, [15-10-2010].

AWCPD, *African Women’s Committee on Peace and Development (2012)*, disponível em http://www.uneca.org/acgd/awcpd_presentation.htm [15 de agosto de 2012].

Baptista, Paulo Luís Antunes, *Afeganistão – Uma análise geopolítica: reflexões sobre questões da Paz e da Guerra*, 2006, Revista Militar, disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=71> [15-01-12].

Barakat, Sultan and Wardell, Gareth, Capitalizing on Capacities Of Afghan Women: Women’s role in Afghanistan’s reconstruction and development, working Paper 4, recovery and reconstruction department, Geneva, December 2001

Bello, Carolina Rodriguez (2003) “Women and Political Participation”. *WHRnet*, disponível em http://www.onlinewomenpolitics.org/beijing12/03_1201_wip.htm [18-03-2012]

Borchgrevink, Kaja et. Al (2007), Peacebuilding in Afghanistan: How to Reach the Women, International Peace Research Institute, Oslo, 2007

Boutros-Ghali, Boutros (1992), *An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-Keeping*, New York: United Nations.

Branco, Luís Castelo (2003), *As Missões da ONU na África Austral: Sucessos e Fracassos*, Nação e Defesa, nº 105, 2ª Série, pp. 81-101, Verão 2003.

Brock-Utne, Birgit (1989), *Feminist Perspectives on Peace and Peace Education*. Oxford: Basil Blackwell.

Brock-Utne, Birgit (2000) An analysis of Peace and Development Studies as well as peace education from feminist perspective, presented at a joint session between the Peace Education Commission and the Women and Peace Commission, at the 18th General IPRA Conference, Tampere, Finland, 5-9 August 2000.

Bumiller, Elizabeth (2010), Letting Women Reach Women in Afghan War, *The New York Times*, 07 de março de 2010, disponível em http://www.nytimes.com/2010/03/07/world/asia/07women.html?_r=1&ref=women.

Carricho, Manuel Alexandre (2004) “Os Novos Desafios Político-Militares da NATO no Afeganistão”. *Revista Militar*, N.º 11, Novembro 2004

Carroll, Bernice (1972), Peace Research: The Cult of Power, *Journal of Conflict Resolution*, 16 (4): 585-616.

Chen, Eirene e Jalalzada (2008), Gender and Community Peacebuilding in Rural Afghanistan, *Peace Prints: South Asian Journal of Peacebuilding*, Vol. I, No. 1, Spring 2008.

CHS, Commission on Human Security (s. d.), esboço do Relatório de Segurança Humana, disponível em <http://ochaonline.un.org/humansecurity/CHS/finalreport/Outlines/outline.pdf> [10 de março de 2011]

CIG - Comissão para a cidadania e igualdade de género (2009), Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2009, Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução CSNU 1325 (2000) sobre mulheres, paz e segurança (2009-2013), Presidência do conselho de ministros

Confortini, Catia C. (2006), Galtung, Violence, and Gender: the case for a peace studies/Feminism Alliance, *Peace History association and Peace Justice Studies Association, Peace&Change*, July 2006, Vol. 31, N. 3, pp. 333-367.

Dupree, N. H. 1998a. *The Women of Afghanistan*. Swedish Committee for Afghanistan (with support from the office of the UN Co-ordinator for Afghanistan).

Dupree, N.H. 1998b. *Afghan Women Under the Taliban in Fundamentalism Reborn? Afghanistan and the Taliban* (Ed. Maley, W.). New York University Press.

Duque, Marina Guedes (2009) “O Papel de síntese da Escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional”. *Contexto Internacional*, vol. 31, nº 3, disponível em <http://publique.rdc.puc-rio.br/contextointernacional/media/v31n303.pdf> [12-11-2011]

Enloe, Cynthia (1988), *Does Khali Become you? Militarization of Women's Lives*. London: Pandora.

FAS Femmes Africa Solidarité (2012), disponível em <http://www.fasngo.org/index.html> [16 de agosto de 2012].

Fearon, James D. e Wendt, Alexander (2002), *Rationalism v. constructivism: a skeptical view*. *Handbook of International relations*. London: Sage Publications, 2002.

Fleschenberg, Andrea (2009), *Afghanistan's parliament in the making: Gendered understandings and practices of politics in a transitional country*, Heinrich Böll Foundation, 2009

Galtung, Johan (1969), *Violence, peace and peace research*. *Journal of Peace Research*. Vol. 6, No 3, 1969.

Galtung, Johan (1996), *cultural Peace: Some Characteristics*”, UNESCO, *From a Culture of Violence to a Culture of Peace*, Paris, UNESCO, pp.75-92

Goldstein, Joshua (2001), *Gender and War: How Gender Shapes the War System and Vice Versa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

Governo de Portugal (2012), *Plano Nacional de Acção para Implementação da Resolução CSNU 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (2009-2013)*.

GSDCRC – Governance and Social Development Resource Centre (2009), *Helpdesk Research Report: Gender and Elections in Afghanistan, Governance and Social Development Resource Center.* (2009), disponível em http://www.humansecuritygateway.com/documents/GSDRC_Afghanistan_GenderAndElections.pdf [12-12-2011]

Jack, Amani El (2000), *Gender and Armed Conflict: Overview Report*, BRIDGE, Institute of development studies, University of Sussex.

John, Moolakkattu Stephen (2006) *Feminism and Peace Studies: Taking Stock of a Quarter Century of Efforts*, *Indian Journal of Gender Studies*, June 2006, 13: 137-162.

Kellenberger, Jacob (2008), *Direito Internacional Humanitário, direitos humanos e operações de paz*, 31ª mesa redonda sobre temas atuais do Direito Internacional Humanitário, Instituto Internacional de Direito Humanitário, San Remo, 2008, disponível em <http://www.icrc.org/por/resources/documents/statement/peace-operations-statement-040908.htm>

Kerim, Srgjan (2008), *Discurso do Presidente da Assembleia Geral da ONU no encerramento da 62ª Sessão da Assembleia Geral*, ONU, 2008, disponível em <http://www.unric.org/pt/actualidade/16418> [12 de março de 2012]

Kuehnast, Kathleen; Omar, Manal; Steiner, Steven E. ; Sultan, Hodei (2012), *Lessons from women's Programs in Afghanistan and Iraq*, United States Institute of Peace, Special Report 302, março de 2012.

Lazier, Tiago Cerqueira (2005) “Eleições no Afeganistão”. *Conjuntura internacional*, disponível em www.pucminas.br/conjuntura [14-03-2012]

Lorena, Sofia (2004) “Afeganistão pós-”taliban”: entre o medo e a esperança”. *Janus 2004: Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa: Edição Observatório de Relações Exteriores da UAL; Público (Dez 2003): 10-11.

Mann, Carol (2010), *Women, violence and the military*, disponível em <http://www.viewpointonline.net/women-violence-and-the-military.html>

- Mertus, J.A. (2000) *War's Offensive on Women*. Kumarian Press, Conneticut
- Michael W. Doyle and Nicholas Sambanis Princeton (2006) *United Nations Peace Operations, Making War & Building Peace*. NJ: Princeton University Press
- Morgan, Clara (2008) "Afghanistan: The status of women". Parliamentary information and research service publication, disponível em <http://www2.parl.gc.ca/content/LOP/ResearchPublications/prb0734-e.htm> [21-10-2011]
- Moura, Tatiana (2005), *Mulheres e a Consolidação da Paz*, Janus 2005.
- MRWPN Mano River Women's Peace Network (2012), disponível em <http://www.marwopnet.org/welcome.htm> [18 de agosto de 2012].
- Murray, Tonita (2007), *Police-Building in Afghanistan: A Case Study of Civil Security Reform*, *International Peacekeeping*, 14:1, 108-126, março de 2007, disponível em www.saint-claire.org
- Nogueira, João Pontes e Messari, Nizar (2005), *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*, Editora Campus.
- ONU (2000a), Sessão Extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas "Mulher 2000: Igualdade entre os Sexos, Desenvolvimento e Paz no Século XXI", Nova Iorque, 5-9 de Junho, disponível em <http://www.unric.org/html/portuguese/ecosoc/women/violencia.pdf> [15 de junho de 2011]
- ONU (2001), *Important Concepts Underlying Gender Mainstreaming*, Office of the Special Adviser on Gender Issues and the Advancement of Women, Agosto de 2001, disponível em <http://www.un.org/womenwatch/osagi/pdf/factsheet2.pdf> [23 de junho de 2011]
- ONU (2002), *Women, Peace and Security*, study submitted by Secretary-General pursuant to Security Council Resolution 1325 (2000), p.53-72

ONU (2004), Relatório do Secretário Geral da ONU: Mulheres, Paz e Segurança, CSNU, 13 de Outubro de 2004, disponível em http://www.peacewomen.org/assets/file/Resources/UN/unsg_sgrprtwns_oct2004.pdf

ONU (2007), Conselho de segurança pede reforço do papel das mulheres no domínio da paz e da segurança, Centro de Notícias da ONU, 23 de outubro de 2007, disponível em <http://www.unric.org/pt/mulheres/13109>

Onyejkwé, Chinezé (2005), *Women, War, Peace-Building and Reconstruction*. Oxford: Blackwell, 2005

Pankhurst, Donna (2000), *Women, Gender and Peacebuilding*, centre for conflict resolution, Department of peace studies, university of Bradford, working paper n° 5, august 2000.

Pankhurst, Donna (2007), *Gender Issues in Post-War Contexts: A Review of Analysis and Experience, and Implications for Policies*, United Nations Research Institute for Social Development, Peace Studies Papers, University of Bradford, April 2007.

Paris, Roland (2004), *At war's end: Building Peace after Civil Conflict*, Cambridge University Press, Maio de 2004.

Prazeres, Fernanda de Abreu, Costa, Gabriel Semerene, Monte, Izadora Xavier do (s/d), *A inclusão da perspectiva de género nas operações de paz das Nações Unidas*; Universidade de Brasília.

Ramsbotham, Oliver et al. (2011) *Contemporary Conflict Resolution*, third Edition, Cambridge: Polity Press.

Rasoul, Sana Azad (2012), Can We Simply “Add Gender” To Other International Relations Theories?, 28 de Janeiro de 2012, disponível em <http://www.e-ir.info/2012/01/28/can-we-simply-add-gender-to-other-international-theories/>

Rehn, Elisabeth e Sirleaf, Ellen Johnson (2009), *Focus: Women, gender and Armed Conflict*, Austrian Development Agency, October 2009

Rehn, Elizabeth, e Sirleaf, Ellen Johson (2002), *Women, War and Peace: The Independent Experts' Assessment on the Impact of Armed Conflict on Women and Women's Role in Peace-building*, United Nations Development Fund for Women

Report of the UN Secretary-General to the General Assembly Security Council, 2004, *The situation in Afghanistan and its implications for international peace and security*, (A/58/868- S/2004/634), 12th August 2004 <http://www.reliefweb.int/library/documents/2004/unsc-afg-12aug.pdf> [15-10-2011].

Report of the UN Secretary-General to the General Assembly Security Council, 2005a, *The situation in Afghanistan and its implications for international peace and security- Emergency international assistance for peace, normalcy and reconstruction of war-stricken Afghanistan*, (A 59/744- S/2005/183), 18 March 2005, http://www.ecoi.net/pub/ds844_03043aze.pdf [15-10-2011].

Report of the UN Secretary-General to the General Assembly Security Council, 2005b, *The situation in Afghanistan and its implications for international peace and security- Emergency international assistance for peace, normalcy and reconstruction of war-stricken Afghanistan*, (A 60/224- S/2005/525), 12th August 2005 <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/453/57/PDF/N0545357.pdf?OpenElement> [15-10-2011].

Riscal, Sandra e Gandini, Raquel (2010) “Notas sobre o Conceito de Participação política e sua articulação com a concepção de gestão democrática”. *Revista Electrónica de Educação*, v. 4, n. 2, disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/176> [30-11-2011]

Saigol, Rubina (s. d.), *Militarisation, Nation and Gender: Women's bodies as Arenas of Violent Conflict*, disponível em <http://www.sacw.net/Wmov/RubinaSaigol.html> [28 de Outubro de 2011].

Schirch, Lisa; Sewak, Manjrika (2005), *The Role of Women in Peacebuilding, The Role of Civil Society of Armed Conflict, An Integrated programme of research, discussion and network building*, Centro Europeu para a prevenção de conflitos, disponível em www.gppac.net.

Shorish-Shamley, Zieba, *Women's Position, Role, and Rights in Islam*. disponível em <http://www.afghan-web.com/articles/womenrights.html> [13-10-2011]

Stepanova, Ekaterina (2004), War and Peace Building, the Washington Quarterly, 27:4, pp. 127-136.

Stern, Maria; Nystrand, Malin (2006), Gender and armed conflict, SIDA, April 2006, pp. 29-51

The White House (2011), United States National Action Plan on women, peace, and security, the White House, Washington, dezembro de 2011.

Tickner, J. Ann (1997), You Just Don't Understand – Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists, International Studies Quarterly, Dezembro de 1997, v. 41, n. 4, p. 311-632

Tickner, J. Ann (2001), Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era, New York: Columbia University Press.

UNAMA (2009) *Factsheet on the situation of women and girls in Afghanistan*. Disponível em <http://www.reliefweb.int/rw/rwb.nsf/db900SID/HHVU-7YAE4E?OpenDocument>

UNAMA, United Nations Assistance Mission in Afghanistan, disponível em <http://unama.unmissions.org/Default.aspx?tabid=12255&language=en-US>

UNIFEM (2005), On the Agenda: Women's essential role in peacebuilding, 2005 World Summit, UNIFEM

UNIFEM (2007), Women Building Peace and Preventing sexual violence in conflicts – affected context, a review of community – based approaches, outubro de 2007

UNIFEM (s.d.), Women, Peace and Security: UNIFEM Supporting Implementation of Security Council Resolution 1325.

UNWOMEN (2011), UN Security Council Members Debate Progress and Challenges to Women's Participation in Peacebuilding, press release, 28 de outubro

de 2011, Nova Iorque, disponível em <http://www.unwomen.org/2011/10/un-security-council-members-debate-progress-and-challenges-to-womens-participation-in-peacebuilding/>

UNWOMEN (2012a), Declaração da subsecretária Geral e diretora executiva da UN Women Michelle Bachelet no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre as Mulheres, Paz e Segurança, 24 de Abril de 2012, Nova Iorque, disponível em <http://www.unwomen.org/2012/04/statement-by-under-secretary-general-michelle-bachelet-to-the-un-security-council-on-women-peace-and-security/>

UNWOMEN (2012b), Declaração da subsecretária Geral e diretora executiva da UN Women Michelle Bachelet no grupo de política externa para as mulheres, 02 de Abril de 2012, Washington D.C., disponível em <http://www.unwomen.org/2012/04/womens-empowerment-in-the-middle-east-and-worldwide/>

UNWOMEN (2012c), Discurso da subsecretária Geral e diretora executiva da UN Women Michelle Bachelet por ocasião do primeiro aniversário a Un Women, 02 fevereiro de 2012, disponível em <http://www.unwomen.org/2012/02/remarks-of-michelle-bachelet-under-secretary-general-executive-director-of-un-women-on-one-year-anniversary-of-un-women/>

[Wallensteen](#), Peter (2007) *Understanding Conflict Resolution, War, Peace and the Global System*, Second Edition, Sage Publications Ltd

Wendt, Alexander (1992) *Anarchy is what States make of it: the social construction of power politics*. International Organization, v. 46, nº 2

Wiberg, Hakan (1987), *Konfliktteori och Fredsforskning*. (theory of Conflict and Peace Research). Stockholm: Esselte Studium. 2nd Edition. 1987

World Bank (2006), *Civil Society and Peacebuilding: Potential, limitations and critical factors*, Departamento do Desenvolvimento Social, 20 dezembro de 2006.

World Child Canada (s. d.), *Women and the peace process: Afghanistan*, disponível em http://www.getloud.ca/en/gpi_issues.asp?ID=36

Woroniuk, Beth (s.d), Gender Equality and Peacebuilding: An Operational Framework, CIDA – Canadian International Development Agency.

WPP, Women Peacemakers Program, International Fellowship of Reconciliation (2012), disponível em <http://www.ifor.org/WPP/> [10 de agosto de 2012].

Yusko, Denis (2011), Soldiers train to work with the Afghanistan Women, Times Union, 26 de julho de 2011, disponível em <http://www.military.com/news/article/soldiers-train-to-work-with-afghan-women.html>

Zieba Shorish-Shamley, *Women´s Position, Role, And Rights In Islam*. disponível em <http://www.afghan-web.com/articles/womenrights.html> [20-10-201].)

Villellas, María (2010), The role of women in peacebuilding: proposals for the implementation of 1325 resolution, Escola de Cultura de Pau, Fundación Cultura de Paz, janeiro de 2010.

Outras fontes consultadas:

USACAC (2012), mapa relativo às diversas etnias existentes no território afegão, bem como a sua distribuição pelo país, disponível em http://usacac.army.mil/cac2/call/docs/10-64/ch_4.asp [10 de Setembro de 2012]

GlobalSecurity (2012), mapa elucidativo da divisão provincial existente no Afeganistão, disponível em http://www.globalsecurity.org/military/world/afghanistan/images/afg_ad1.gif [10 de setembro de 2012]

ONU (2012), mapa referente aos países que fazem fronteira com o Afeganistão, disponível em <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Afghanistan> [20 de setembro de 2012]